



ATA Nº2/2024

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.

----- Aos vinte e dois dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2024 referente à sessão ordinária de 2024.02.16 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2024 -----

----- **02.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2023 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento de diversos projetos -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – 2.ª revisão orçamental – anos económicos de 2024 e 2025 -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – P232/2023 – Acordo Quadro de Eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (BTN-IP/BTE/MT), durante 12 meses – repartição de encargos -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – P039/2024 – concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a instalação de 12 pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, em locais públicos de acesso público no concelho de Ourém -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – P059/2024 – aquisição em regime de aluguer, por 36 meses, de 22 impressoras/fotocopiadoras multifunções para os 3 agrupamentos de escolas do concelho de Ourém e respetivas impressões (110191/2023) -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – P064/2024 – construção de passeios e reabilitação da Ponte 164 – Rio de Couros (Lote 1 – rede viária/ Lote 2 – Casa dos Cantoneiros) -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – P058/2024 – fornecimento de matéria prima e serviços para as refeições escolares – ano letivo 2024-2025 (11641/2024) -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – confeção e acompanhamento de refeições escolares – ano letivo 2024/2025 -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda – alienação de lotes – versão final -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – propostas de “Regulamento Geral do Serviço de Saneamento de Águas Residuais da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A.” e de “Regulamento Geral do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A.” – versões finais -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – atualização do tarifário de venda de água e do preço de execução de obras e de outros serviços prestados para 2024 -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Seiça – proposta de protocolo -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – pedido de isenção de taxas – criação de um ponto de água na localidade de Vilões -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – pedido de isenção de taxas – processo n.º 2850/2022 -----



- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos – pedido de isenção de taxas – processo n.º 2653/2022 -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de isenção do pagamento de ingressos nas piscinas com gestão municipal -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida – pedido de isenção de taxas – utilização Teatro Municipal de Ourém-----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Recreativa Bernardense – pedido de isenção de taxas – cedência Centro Municipal de Exposições -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – APDAF – Associação para a Dinamização do Apoio à Família – pedido de isenção de taxas – cedência Centro Municipal de Exposições -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – APDAF – Associação para a Dinamização do Apoio à Família – pedido de isenção de taxas – cedência de espaços do Castelo -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fundação Arca da Aliança – pedido de isenção de taxas – cedência do Estádio Papa Francisco -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística – pedido de isenção de taxas -----
- **02.27** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----
- Helena Santos Pereira -----
- Mónica Filipa Gaspar Faria -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----



----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Joana Casimiro Rosado -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fez-se substituir o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **António de Sousa Mordomo** -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----



----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e dez minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 01/2024 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2024.02.16 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário, tendo-se registado a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----



= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, referiu que não consta o ponto 02.03 da ordem de trabalhos -----

02.03 – Apreciação e votação da proposta camarária – Mapa de demonstração do desempenho orçamental (ano económico de 2023) – 1.ª revisão orçamental (ano económico de 2024) -----

----- **De seguida, submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com a referida alteração e com o voto dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- Tomando a palavra, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, remetendo deliberação camarária no âmbito de uma Moção da Assembleia Municipal de leiria “Aumento das tarifas de resíduos urbanos pela Valorlis – valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.” -----

----- Em reunião da Comissão de Planeamento Estratégico, foi acordado elaborar uma proposta de moção a apresentar na sessão de hoje, que passou a ler e se passa a transcrever: -----

MOÇÃO -----

----- **Contra a proposta de aumentos da tarifa dos resíduos urbanos efetuada pela Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.** -----

No seguimento da posição tomada pela Câmara Municipal de Ourém relativamente à proposta de aumentos da tarifa dos resíduos urbanos efetuada pela Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., vem a Assembleia Municipal de Ourém reunida a 22 de abril de 2024, ao abrigo do artigo 51 do seu regimento, deliberar o seguinte: -----

1. Apelar ao bom senso para que a proposta de aumentos da tarifa dos resíduos urbanos em 80%, efetuada pela Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., seja revista para valores inferiores de aumento; -----



2. Apoiar, por manifestação de solidariedade, os Municípios envolvidos na luta legal que têm levado a cabo, em particular o Município de Ourém; -----
3. Que se envie a presente deliberação aos Municípios de Ourém, Batalha, Marinha Grande, Pombal, e Porto de Mós, assim como ao Conselho de Administração da Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., à sua acionista maioritária, EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A.. e à ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi a proposta de Moção aprovada por unanimidade** -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou ainda do seguinte: -----

----- Comunicação da Câmara Municipal, remetendo um Voto de Reconhecimento à “Assembleia Jovem de Ourém” -----

----- Voto de Felicitação à atleta Ana Sofia Costa -----

“Terminou no passado dia, 13 de abril, o Zagreb 2024 World Boccia Challenger com um saldo muito positivo para a Seleção Nacional de Boccia que conseguiu arrecadar 3 medalhas de ouro. -----

Na categoria BC3 Individual, a atleta Ana Sofia Costa, residente no Centro João Paulo II, em Fátima, venceu por 7-3, conquistando o primeiro lugar. -----

Ana Sofia Costa esteve em competição acompanhada pela operadora de calha Maria Vieira. ---

O boccia é uma modalidade destinada a atletas com deficiência motora, sem limite de idade, que pode ser praticado de forma individual, em pares ou equipas. -----

A Assembleia Municipal de Ourém felicita a atleta Ana Sofia Costa pelo excelente resultado obtido, desejando-lhe a continuação dos maiores sucessos desportivos.” -----

----- Projeto “Eu no Mundo AMOURÉM” -----

O concelho de Ourém recebeu entre os dias 24 de março e 01 de abril, 5 alunos, 3 professoras e um elemento da Prefeitura de Ourém do Pará, no Brasil, que participaram no projeto “Eu no Mundo AMOURÉM”, desenvolvido pela Assembleia Municipal de Ourém. -----



Esta iniciativa que teve início há cerca de 3 anos com a realização de encontros virtuais entre os alunos dos dois países, tem constituído uma riquíssima oportunidade para a troca de conhecimento e colaboração mútua. Ambos os países partilham laços históricos profundos, o que torna esta parceria ainda mais significativa e promissora. -----

Esta colaboração é também motivada pela forte devoção desta comunidade a Nossa Senhora de Fátima, que inclusivamente alterou o nome de uma vila para o nome “Fátima”. Ao longo de uma semana, alunos e professores tiveram a oportunidade de contactar com a nossa realidade e de difundir uma mensagem muito importante sobre a preservação do “pulmão do Mundo”, a Amazónia, de onde são oriundos (Belém do Pará vai receber no próximo ano a COP 30, a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). -----

Além da realização de palestras em escolas, onde os 5 alunos apresentaram diversos projetos da sua autoria (pelos quais foram selecionados para participar neste intercâmbio), a comitiva teve a oportunidade de contactar com as boas-práticas desenvolvidas no nosso País e nomeadamente no nosso concelho, com a visita a empresas na área da sustentabilidade ambiental. Houve ainda a oportunidade de participarem no Fórum Estudante, uma iniciativa do Município de Ourém que juntou no Centro Municipal de Exposições diversos estabelecimentos de ensino, onde tiveram contacto com as várias ofertas formativas. -----

Ao longo destes dias a comitiva brasileira teve igualmente contacto com o nosso património cultural, patrimonial e religioso, com visitas aos sítios emblemáticos do concelho, mas também do País, como a visita ao Oceanário de Lisboa ou à Serra da Estrela. A parte institucional foi também tida em conta, com a receção da comitiva na Embaixada do Brasil, em Portugal. -----

----- Foi ainda dado conhecimento do programa do Município no âmbito das “Comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril”, a decorrer dias 24 e 25 de abril 2024 -----

----- Mais informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 16 fevereiro 2024, nas seguintes iniciativas: -----

- Sessão de abertura das comemorações Dia Internacional da Proteção Civil, Ourém -----



- XI Workshops Internacionais de Turismo Religioso e do Congresso Internacional de Turismo Religioso e Sustentável, Fátima -----
- 25.º aniversário Agrupamento 1142-Olival, Olival -----
- Almoço/convívio “Amigos do CRIF”, Fátima -----
- Inauguração arranjos exteriores da Casa Mortuária de Seiça, Seiça -----
- Gala Desporto e Atividade Física, Ourém -----
- Conferência Internacional sobre Cooperação Descentralizada, Oeiras -----
- ADAGIO 2024, abertura e Gala dos Vencedores, Ourém -----
- Dia Freguesia de Urqueira, Urqueira -----
- XIV Torneio de 24 Horas de Futsal, Freixianda -----
- Festa da Sesta, Olival -----
- Reunião Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Tomar -----
- IX Jornadas Culturais do Agrupamento de Escolas de Ourém, Ourém -----
- XXIV aniversário da Associação Social Cultural Fontaínhas, Seiça -----
- III Caminhada Solidária, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém, Ourém -----
- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou os representantes dos grupos municipais, com assento neste Órgão, sobre alteração à ordem de trabalhos, sugerindo, de seguida, a análise do ponto 02.02 – apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2024, uma vez que os alunos participantes têm transportes coletivos com horários a respeitar. -----

----- **Face ao exposto, foi entendimento unânime passar de imediato à apresentação dos Projetos vencedores da AJO 2024** -----

02.02 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2024



----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que a VI edição da Assembleia Jovem de Ourém, este ano, tem como tema “50 anos do 25 de Abril”. Um tema relevante e de grande importância para o país, desafiando os jovens a explorar o que aconteceu há 50 anos atrás. -----

----- Conforme previsto no Regimento da AMO, passou-se à apresentação e apreciação das propostas vencedoras da AJO: -----

----- **PROJETO: “ArteFátima – a Voz da Liberdade” – Centro de Estudos de Fátima** -----

Responsável: Prof.^a Anabela Alves -----

Ana Catarina Carreira, 9º Ano -----

Alice Costa, 9º Ano -----

Ana Margarida Marques, 9º Ano -----

Joana Lopes, 9º Ano -----

Victória Gameiro, 9º Ano -----

Lucas da Silva, 9º Ano -----

Rafaela Magalhães, 9º Ano -----

Descrição do Projeto -----

O projeto do Centro de Estudos de Fátima tem como objetivos recordar e celebrar a conquista da Liberdade junto dos portugueses de todas as idades, preservando na memória coletiva, nomeadamente junto das novas gerações, a relevância da Revolução do 25 de abril de 1974 na construção de democracia portuguesa. -----

Para o efeito, propomos a construção de uma obra de arte, comemorativa, que promova este acontecimento como elemento identitário do povo português. Entendemos que através da arte é possível agir, no sentido de consciencializar a população sobre a importância de viver em liberdade. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 8.000,00 euros -----

- Toda a comunidade -----

----- **PROJETO: “50 memórias, 50 histórias” – Colégio de São Miguel** -----

Responsável: Prof. Rui Parreira -----



Rafael Deboeuf, 10.º ano -----

Diana Freire, 10.º ano -----

João Teixeira, 10.º ano -----

Carolina Carreira, 10.º ano -----

Beatriz Pinéu, 10.º ano -----

Catarina Sá, 10.º ano -----

Maria Marques, 10.º ano -----

Descrição do Projeto -----

O produto final deste projeto será a criação de um livro com 50 histórias, recolhidas e registadas pelos alunos a partir da conversa/entrevista a familiares, amigos ou vizinhos que tenham vivido o 25 de abril de 1974. A participação nesta recolha de memórias será aberta a todas as escolas do concelho de Ourém e aproximará, com certeza, diferentes gerações, para além de se promover o gosto pela escrita e, posteriormente, pela leitura. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 3.000,00 euros -----

- Toda a comunidade -----

----- De seguida, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL agradeceu a apresentação dos trabalhos, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, referiu o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhor Presidente de Câmara, -----

Senhores Vereadores, -----

Colegas deputados, -----

Um cumprimento especial para estes jovens que aqui nos trouxeram estes dois projetos e os outros que, certamente foram aqui aprovados, teriam exatamente a mesma qualidade. -----



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixe-me dizer-lhe primeiro, em relação àquilo que no ponto anterior falou, acho mesmo que aquela visita dos estudantes brasileiros foi um sucesso. Os momentos que tive oportunidade de partilhar com eles foram um sucesso. -----

Parabéns pela iniciativa. Acho mesmo que a Assembleia Municipal ficou valorizada com isso. Agora, dar os parabéns aos jovens que apresentaram aqui estes projetos e que me deixaram um bocadinho mais descansado. Há uma sondagem deste fim de semana, do Expresso, feita com jovens que nos dá um número assustador, quase 40% dos jovens inquiridos não se importavam de viver sob lideranças totalitárias. Isso é um número assustador. Quer dizer que não estamos todos nós, como comunidade, como povo, a ter a capacidade de explicar a estes jovens de fazer ver que a democracia não é um dado adquirido, muito longe disso. -----

Portanto, fiquei muito satisfeito com estas apresentações e que tenha dado um passo novo para estes jovens aqui em Ourém.” -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Também na mesma linha, dizer que é um gosto sempre ouvir aqui os jovens. Falarmos de liberdade e democracia é uma lição que nós ganhamos, sobretudo quando eles percebem que a democracia e a liberdade não é uma coisa adquirida e que pode de um momento para o outro fugir-nos das mãos. -----

Portanto, felicitar tanto o Colégio São Miguel quanto o Centro de Estudos de Fátima pela apresentação que aqui nos trouxeram. Repetem aquilo que já vimos assistindo, há uns anos a esta parte nesta Assembleia, e é um orgulho ver que a nossa juventude se envolve, se empenha e dignifica a própria democracia. -----

Portanto, felicitá-los a eles, aos colegas, a todos os envolvidos e dar-lhes os meus parabéns. Muito obrigado.” -----

= JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO, em nome grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

Srs. Vereadores, caros colegas; -----

A todos os que nos ouvem, boa tarde a todos. -----



É com grande satisfação que me dirijo a esta Assembleia Municipal hoje, para expressar o meu reconhecimento e gratidão pela iniciativa da Assembleia Jovem de Ourém (AJO). -----

A AJO é um projeto de participação cívica e democrática dirigida aos jovens do concelho de Ourém, que tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cidadania ativa, incentivando a participação dos jovens nas questões que os afetam diretamente. -----

Este projeto tem sido um verdadeiro exemplo de empenho, dedicação e responsabilidade, que muito enaltece a juventude do nosso concelho. -----

Ao longo dos últimos anos, a AJO tem demonstrado a sua importância e papel fundamental na promoção da cidadania ativa e na formação de jovens líderes, capazes de participar de forma efetiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e responsável. -----

Os membros da AJO têm trabalhado arduamente para discutir e debater questões relevantes para a comunidade jovem, apresentar propostas e projetos, e participar em iniciativas cívicas e sociais. Essa participação não só permite que os jovens sejam ouvidos, como também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. -----

Portanto, em nome do Grupo Municipal do PSD, quero expressar os meus mais sinceros parabéns e agradecer à Assembleia Jovem de Ourém pelo seu trabalho incansável em prol da juventude e da nossa comunidade. -----

A juventude é o futuro do nosso concelho, e por isso, é essencial dotar os jovens de ferramentas para participarem ativamente na construção desse futuro. -----

Contem com o nosso apoio e reconhecimento em todas as iniciativas futuras. -----

Muito obrigado.” -----

= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “Boa tarde, -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, a todos os presentes nesta sala. -----

Antes de mais, em nome da bancada do CDS-PP, quero deixar publicamente expressa a nossa satisfação ao excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, engenheiro João Moura, parabenizando-o pela sua nova e mais recente função de Secretário de Estado da Agricultura, desejando-lhe votos de muitos sucessos no exercício da mesma. -----



Não poderíamos deixar de expressar a nossa satisfação ao assistir à apresentação dos projetos vencedores da AJO, dando assim os parabéns aos alunos vencedores do Centro de Estudos de Fátima e do Colégio de São Miguel, mas também a todos os restantes alunos e escolas que participaram, até porque acreditamos genuinamente que todos os 11 projetos apresentados são frutos de muitas horas de dedicação e empenho. -----

Para os jovens aqui presentes, quero lembrar-vos que estamos à porta de comemorar os “50 anos do 25 de Abril”, uma data importante e com peso na nossa história que nos permite estar aqui hoje a expressarmo-nos, de forma livre e democrática. -----

Ainda que todos vós tenham crescido e vivido no pós-25 de Abril, não devemos olhar para esta liberdade como um direito adquirido. A história recente mostra que ainda existe um longo caminho a percorrer. A liberdade é como a média da escola, o mais difícil será mantê-la. -----

De ano para ano, assistimos à evolução na forma e no modo como os alunos apresentam os seus projetos, havendo sempre uma enorme qualidade na apresentação dos mesmos, o que revela um envolvimento cada vez maior de alunos e escolas nesta participação ativa dos jovens na sua comunidade e o prazer que mostram em estar inseridos na comunidade que os vê crescer. -----

Por fim, queremos, mais uma vez, dar os parabéns a todos os alunos, professores e funcionários dos vários estabelecimentos de ensino do concelho, porque sem a comunhão de esforços entre todos, acreditamos que não seria possível a apresentação de projetos com a qualidade dos que aqui foram apresentados. -----

Façam bom uso da vossa liberdade. -----

Bem-haja.” -----

= JOANA CASIMIRO ROSADO, na qualidade representante do grupo municipal CHEGA, disse o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Obrigada a todos e muitos parabéns pelos projetos vencedores. -----

Obrigada também pela vossa participação” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez, a participação de todos os que estiveram envolvidos no projeto AJO.



----- Seguidamente, deu-se continuidade à sessão, conforme ordem de trabalhos previamente definida. -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- VOTO RECONHECIMENTO -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária Mesa da AMO, expôs o seguinte: **“Voto de reconhecimento às escolas participantes na AJO** -----

Pelo 6º ano consecutivo a Assembleia Municipal de Ourém desafiou as escolas do concelho, do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário a participarem na AJO – Assembleia Jovem de Ourém, convidando-as a explorarem o que aconteceu em 1974 e a apresentarem ideias para assinalar os 50 anos do 25 de Abril no concelho de Ourém. -----

Mais uma vez fomos surpreendidos pela enorme qualidade e criatividade dos trabalhos apresentados, resultado de um grande empenho dos alunos participantes, dos professores responsáveis, mas sobretudo do envolvimento dos estabelecimentos de ensino. Sem as escolas não seria possível a AJO alcançar o seu principal objetivo: promover o estímulo do gosto pela participação ativa dos jovens no seio da comunidade onde estão inseridos. Ao aproximar os jovens do sistema político, favorece-se a discussão de temas que influenciam as suas vidas. -----

Pela participação, ano após ano, na AJO, sempre com grande elevação e sentido de responsabilidade, a Assembleia Municipal de Ourém propõe um voto de reconhecimento às nove escolas participantes neste projeto de cidadania: EB 2,3 D. Afonso IV Conde de Ourém; Escola EB 2,3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão de Caxarias; Escola Básica e Secundária de



Ourém; Colégio de S. Miguel; Centro de Estudos de Fátima; Colégio do Sagrado Coração de Maria; EB 2,3 da Freixianda, Escola de Hotelaria de Fátima e Escola Profissional de Ourém.” ---

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de reconhecimento aprovado por unanimidade** -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, grupo municipal Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exma. Mesa, -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo. Vereadores, -----

Colegas, -----

Comunicação Social e Público Presente -----

Foi no passado dia 10 de março que os cidadãos portugueses foram chamados a exercer o seu direito de voto livre, que esta segunda-feira celebramos essa mesma conquista. É com enorme agrado que verificámos que o concelho de Ourém acompanhou a tendência nacional ao nível de participação eleitoral. -----

Os Ourienses mais uma vez mostraram um sentido de responsabilidade ao ir votar, tendo apenas verificado uma abstenção de cerca de 34%, que face ao que foi registado em 2022, corresponde a uma diminuição de 8% de abstenção. Contudo, não nos podemos sentir realizados com o resultado eleitoral obtido no nosso concelho, que também ele acompanhou a tendência em Portugal. No ano que se celebram os 50 anos do nosso sistema democrático, todos nós devemos refletir sobre esses mesmos resultados. É imperativo que todos nós façamos essa reflexão interna, para que possamos voltar a ganhar a confiança dos portugueses nos partidos e movimentos democráticos. -----

A Aliança Democrática (AD) venceu as eleições a nível nacional, assim como em Ourém. Ao observarmos os resultados, é evidente que os eleitores penalizam o Partido Socialista, seguindo a tendência nacional. Além disso, notamos uma maior fragmentação e dispersão de votos, juntamente com o crescimento dos Partidos Populistas. -----



Independentemente das preferências individuais de cada um, é importante expressarmos o nosso respeito pelos resultados eleitorais e congratulamos a Aliança Democrática pelo resultado nacional obtido. -----

Para além disso, uma palavra especial de saudação ao presidente desta assembleia que foi nomeado secretário de estado da agricultura, a quem a bancada do Partido Socialista Ourém deseja um bom mandato. -----

Hoje, nesta assembleia, damos continuidade à democracia, e nos próximos dias celebraremos também o marco histórico de Portugal, a Revolução do 25 de abril de 1974, que este ano celebra 50 anos. Este dia que, recordando um estudo feito pelo ICS e ISCTE, é considerado por 65% dos inquiridos o facto mais importante da história do nosso país. E nada mais oportuno neste ano, fazer uma celebração ainda maior, uma vez que cada vez mais, vemos movimentos, partidos e personalidades públicas a atentar às liberdades e garantias. O que até há uns meses era considerado dado, hoje é colocado em causa e trazido para a praça pública.

Noutro estudo, 50 anos de Democracia em Portugal: Aspirações e Práticas Democráticas – Continuidades de Mudanças Geracionais, produzido pelo ISCSPP, e em terceiro lugar surge o apoio de 47% dos inquiridos a um “líder forte” que não tivesse de se “preocupar com o Parlamento, nem com as eleições”, o que leva os coordenadores do estudo a acreditar que a preferência pela democracia “coexiste” com as preferências por formas “autocráticas” de Governo. Devemos refletir sobre que legado histórico estamos a deixar às gerações mais jovens e quais são os erros que têm sido cometidos. Hoje, 47% “líder forte”. -----

Por último, desejo sucesso ao Governo, na esperança de que possa realmente devolver a prosperidade ao país. -----

Mas não começamos bem, a questão do IRS é a primeira grande polémica em que o Governo está envolvido, prefiro não usar palavras como fraude, embuste ou capcioso. Prefiro falar em expectativa. Foi criada uma grande expectativa na população com base na ideia de um grande alívio fiscal. Tanto a AD como o Chega obtiveram estes resultados com a promessa de um verdadeiro choque fiscal e uma efetiva devolução de rendimentos já este ano, dir-me-ão que não é a única medida, é um facto, mas estas não ficavam tão bem nos folhetos e nos outdoors.



Aguardamos pelas medidas na saúde, justiça e educação, áreas para as quais foram prometidas mudanças. Esperamos ver quais serão as medidas adotadas nestas áreas. Esperando que não sejam todas como a do logotipo, mudou-se por mudar algo que não resolve em nada da vida das pessoas, parafraseio Pacheco Pereira: “Não se percebe como é que uma bandeira jacobina colhe tanta simpatia entre determinadas franjas da sociedade” -----
 Para terminar, aproxima-se o 25 de abril. Esta data não se resume a colocar um cravo na lapela ou nas mãos. É preciso ação. Devemos lutar pela nossa democracia todos os dias, defendendo os direitos e, principalmente, a igualdade de direitos para mulheres, crianças e idosos.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor -----
 Presidente da Assembleia Municipal, -----
 Exmo. Senhor -----
 Presidente da Câmara Municipal, -----
 Srs. Vereadores, -----
 Srs. e Sras. Deputados Municipais, -----
 Público na sala e em casa, -----
 Imprensa, -----
 Minhas senhoras e meus senhores, -----
 Das eleições legislativas de 10 de março já se retiraram muitas ilações, mas duas delas são consensuais e inequívocas: o PS perdeu as eleições e a maioria absoluta obtida em 2022, como também registou um dos piores resultados da sua história. -----
 Em relação a 2022, o PS perdeu mais de meio milhão de votos e 42 deputados. Desde 1991, teve o segundo pior resultado, a seguir a 2011. E nunca, na história da democracia, uma maioria absoluta de um só partido se tinha autodestruído em dois anos. -----
 No seu conjunto, as esquerdas sofreram uma das maiores derrotas desde 1974. É de assinalar também que as esquerdas perderam os votos dos jovens. Os eleitores entre os 18 e os 34 anos votaram primeiro na AD, em segundo no Chega e só depois no PS. O Bloco ficou em quinto nesta faixa etária, atrás da IL. -----



No concelho de Ourém, a AD consolidou os seus resultados e continua a ser a força política mais votada, com um aumento de 284 votos (somados os votos do PSD e do CDS) em relação a 2022. O Chega suplantou o PS como 2.º partido mais votado, que perdeu mais de 2.000 votos. -----

Precisamos de uma oposição construtiva e credível, e depois dos resultados das autárquicas e agora das legislativas, ao PS Ourém não faltam, pois, assuntos para reflexão. -----

Caros colegas, -----

A 10 de março, os portugueses disseram que era altura de mudar e fizeram-no confiando a Luís Montenegro e à AD a condução dos destinos do país. -----

A herança que o anterior governo nos deixou, apesar do alarido feito, é muito pesada e a ideia de que o país está melhor cai todos os dias por terra. Temos: -----

- 1 milhão e setecentos mil pessoas sem médico -----
- 1 milhão e 800 mil pobres -----
- 70% dos trabalhadores a ganhar menos de mil euros -----
- As pensões médias perderam 15% nos últimos anos -----
- A mais alta carga fiscal de sempre -----
- Serviços públicos degradados -----
- O investimento público é o mais baixo desde 1974 -----
- Temos crise na habitação, educação, Justiça, forças de segurança, forças armadas, etc., etc. -----

Não digo isto com gosto: estes 8 anos significaram um preocupante recuo sem paralelo do Estado Social! -----

O Primeiro-Ministro já teve a ocasião de apresentar as novas prioridades, precisamente, com especial atenção para as áreas mais fragilizadas do Estado Social, como são os casos da Educação, da Saúde e da Habitação. -----

Já o PS, quer agora resolver em 60 dias os problemas que deixou, quando tiveram 8 anos para o fazer, mas, por teimosia, incompetência ou simples discordância, se recusaram a resolvê-los.



Tivemos uma situação em que um só partido detinha uma maioria absoluta e não fez as mudanças necessárias ao país, para agora as estar a exigir de um governo com poucos dias e que dispõe de uma maioria relativa, num parlamento fragmentado. -----

Sobre a composição do novo governo, três breves notas. A primeira, para mencionar a criação de um ministério dedicado à Juventude. É fundamental dar resposta às legítimas aspirações das novas gerações, criando condições para que fiquem no nosso país e possam realizar aqui os seus sonhos. -----

Salientamos também que este Governo é um dos mais paritários da nossa democracia, composto por 24 mulheres e 34 homens. São 7 mulheres Ministras e 17 Secretárias de Estado. Há até três ministérios exclusivamente compostos por mulheres: o Ministério da Saúde, o da Justiça e o da Cultura. -----

Por último, é com especial regozijo e orgulho que o Grupo Municipal do PSD assinala a nomeação do nosso conterrâneo e companheiro João Moura para assumir responsabilidades no novo Governo, como Secretário de Estado da Agricultura. -----

A sua formação académica, experiência profissional, associadas à sua capacidade política e à sua experiência autárquica, são razões para crer que exercerá essa função com total competência, mérito e saber. -----

Esta escolha é motivo de orgulho para todos os ourensenses e o Grupo Municipal do PSD endereça as maiores felicidades ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, numa área de governação estratégica e nevrálgica para o desenvolvimento sustentável da nossa região e do país. -----

Caros colegas, -----

Fernando Pessoa escreveu um dia, e cito: “Uma nação que habitualmente pense mal de si mesma acabará por merecer o conceito de si que anteformou. Envenena-se mentalmente. O primeiro passo para uma regeneração, económica ou outra, de Portugal é criarmos um estado de espírito de confiança — mais, de certeza — nessa regeneração”. (fim citação) -----

Somos um Povo com novecentos anos de história, que já passou por muitas provações, e que foi capaz, quando tudo parecia bloqueado ou perdido, de encontrar saídas e reinventar-se coletivamente. -----



Por maiores dificuldades que surjam, sabemos que Luís Montenegro honrará os compromissos assumidos, recuperando a confiança e a credibilidade nas instituições democráticas, trabalhando para melhorar as condições de vida de todos, em suma, para o melhor de Portugal! -----

À beira dos 50 anos do 25 de abril, o País está cansado de ser adiado, mas tenhamos confiança no futuro, pois, como disse, outro dos nossos maiores, Miguel Torga: -----

“Somos nós que fazemos o destino” -----

Disse.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração política: “Boa tarde a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----

Na próxima quinta-feira celebramos o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril, uma data histórica para Portugal e um momento incontornável para a vida dos portugueses. -----

Foi precisamente há cinquenta anos que Portugal reassumiu o seu destino e o povo voltou a ser sujeito da soberania nacional. -----

Essa, foi a data fundadora do novo regime democrático português, que nos orgulhamos de servir e que queremos aperfeiçoar. -----

Precisamente pela sua importância e significado histórico, impõe-se, desde já, uma saudação, em testemunho de homenagem e gratidão, aos que tornaram possível e fizeram esta Revolução — os militares de Abril, heróis da Liberdade, mas também todos aqueles que, durante décadas, resistiram e lutaram pela democracia, não aceitando a ditadura como inevitável ou invencível. -----

Numa palavra, saúdo todos os que enfrentaram o “sistema” que nos oprimia ia para quase cinquenta anos, e que se dispuseram a morrer para que pudéssemos ser livres. -----

Ora, quem arrisca a vida pela liberdade dedica a esta a maior prova de amor. -----

O 25 de Abril de 1974 foi, com efeito, o dia que mais mudou a vida de todos nós. -----

A verdade é que a ditadura nesse dia derrubada não foi um intervalo entre duas democracias. -

Pois que os que governaram até há 50 anos, apoiados na polícia política, na censura prévia, no partido único, na perseguição, nos tribunais plenários, nas prisões e nos campos de



concentração, na interdição das profissões e na expulsão das escolas, na fraude, na tortura e no assassinato, arrancaram metade de um século à liberdade dos portugueses. -----

O 25 de Abril é, por essa razão, portador de uma extraordinária memória de emoção colectiva, e representa um daqueles momentos raros em que a História se dá a conhecer, sintetizando-se num acontecimento, que marca, no tempo, o antes e o depois. -----

Lembremos sempre esse dia, não apenas como passado, mas sobretudo como um dia que continua presente, porque soube antecipar e influenciar o futuro. -----

É esse 25 de Abril de renovação, de dinamismo e de abertura à modernidade que queremos e devemos celebrar, dirigindo à juventude, em especial àqueles que já nasceram depois de 1974, a sua mensagem criadora de liberdade, de rebeldia e de esperança. -----

Certo é que os desafios que temos pela frente não serão fáceis. Exigem-nos dedicação, trabalho e persistência. -----

A liberdade que, há 50 anos, encheu as ruas de alegria, dá-nos agora forças para inventar um futuro melhor, cumprindo os ideais generosos do 25 de Abril. -----

Não temos direito de recuar perante os desafios nem de desanimar ante as dificuldades. -----

Os cravos que usamos, neste dia, em homenagem e evocação do primeiro dia em que os usámos, são o símbolo da esperança que se renova e acrescenta, porque, afinal, vivemos em Liberdade. -----

Viva o 25 de Abril! -----

Viva a Liberdade! -----

Muito obrigado!" -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Boa tarde, -----

Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Gostaria de ler uma nota do diretor do Expresso, do dia 12/04/2024, João Vieira Pereira. “O Expresso errou, pior, publicou uma notícia falsa. Pelo facto, pedimos imensa desculpa aos nossos leitores. A publicação desta notícia seguiu as regras e procedimentos que exigimos antes da publicação de uma notícia. Não contávamos era com o facto de Primeiro-Ministro ter no Parlamento ludibriado os portugueses. -----



O Expresso publicou em manchete na sua última edição o seguinte título: "Montenegro duplica descida do IRS até ao Verão". A notícia começou a ser desenvolvida a partir das declarações do Primeiro-Ministro, proferidas na abertura da discussão do programa. Luís Montenegro disse aos portugueses que ia fazer de imediato uma redução de IRS que teria um impacto de 1500 milhões. Com base nesta afirmação, o Expresso fez perguntas ao gabinete do Ministro das Finanças, contactou várias fontes, ninguém desmentiu o que tinha sido dito no Parlamento. Ninguém corrigiu a informação. -----

Mais, o Expresso esteve atento a cada palavra do Primeiro-Ministro no debate. Primeiro disse: "Aprovaremos na próxima semana uma proposta de lei que altera o artigo 68.º do Código do IRS, introduzindo uma descida nas taxas sobre os rendimentos até ao oitavo escalão, que vai perfazer uma diminuição global de cerca de 1500 milhões de euros nos impostos do trabalho dos portugueses face ao ano passado, especialmente, sentida na classe média". -----

Mas na dúvida, pelo menos um deputado questionou o Primeiro-Ministro sobre o montante da redução, confessando a sua desilusão com o programa do Governo, em particular sobre a dimensão da descida do IRS. Rui Rocha afirmou que o alívio do IRS, em nenhum caso, representa um alívio superior a 10 EUR, fica sempre abaixo do valor. Na resposta, Luís Montenegro contrariou: "Na próxima semana vamos materializar a baixa de IRS para 2024. Vamos fazer com que o esforço fiscal dos portugueses sobre os rendimentos do trabalho seja desagravado em 1500 milhões de euros. O que vai perfazer que aquele exemplo que deu não é realista. Vamos estar 5, 6, 7 vezes consoante os escalões muito acima", garantiu o Primeiro-Ministro. -----

Afinal, o Expresso errou, pior, o Expresso publicou uma notícia falsa pelo que pedimos desculpa aos nossos leitores. A publicação desta notícia seguiu as regras e procedimentos que exigimos antes da publicação de uma notícia. Não contávamos era com o facto do Primeiro-Ministro ter no Parlamento ludibriado os portugueses. -----

A redução de IRS que Luís Montenegro anunciou com pompa e circunstância, a redução de impostos que andam em campanha eleitoral a defender é, afinal, falsa. São apenas pequenos ajustes sobre a redução já anunciada por António Costa no orçamento para este ano. -----



Os 1500 milhões de euros são apenas 170 milhões, porque 1330 milhões foram já implementados pelo governo anterior. Luís Montenegro apresenta uma redução de impostos que não passa de um embuste. A verdadeira redução de impostos é contrária à ideia que o Primeiro-Ministro vendeu no Parlamento. É contrária à ideia que andou durante toda a campanha eleitoral a anunciar. Só tenho uma palavra para descrever tudo isto: fraude. -----

Contudo, no final do dia, quem errou foi o Expresso por ter sido ingénuo ao acreditar nas palavras do Primeiro-Ministro de Portugal. -----

Mais uma vez peço desculpa aos nossos leitores. Não voltará a acontecer.” -----

Esta foi a nota do diretor do Expresso, publicada a 12/04/2024. -----

Obrigado” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, grupo municipal Partido Social Democrata, apresentou a seguinte declaração: “Muito boa tarde novamente. -----

Numa ação promovida pelo IAPMEI foram apresentados os resultados da atribuição do Estatuto PME Líder de 2023 e, destas, foram reconhecidas 11.368 empresas a nível nacional e 111 empresas do Concelho de Ourém. -----

O estatuto de PME Líder, como muitos sabem, é um selo de reputação criado pelo IAPMEI para distinguir o mérito das PME nacionais com desempenho económico-financeiro superior. É atribuído em parceria com o Turismo de Portugal, no caso de empresas do setor do turismo, um conjunto de bancos parceiros e o Grupo Banco Português de Fomento, tendo por base as melhores notações de rating e indicadores económico-financeiros. -----

Posto isto, é com grande satisfação que o grupo Municipal do PSD vê atribuída a 111 empresas do Concelho esta distinção. Além de este prémio se constituir como reconhecimento do sucesso empresarial e da excelência do trabalho desenvolvido, as empresas premiadas beneficiam do impacto que este selo exerce nas entidades bancárias, nomeadamente na melhoria das condições de acesso ao financiamento. -----

A distribuição setorial das PME líder em Ourém no ano de 2023 é liderada pela indústria transformadora com 30 empresas, seguindo-se empresas que atuam no comércio com 27, de construção civil e similares com 22 empresas, empresas na área de serviços com 16 e empresas que operam na área de alojamento e restauração com 15. -----



É de salientar que o município de Ourém constitui o conselho com mais empresas premiadas com esta distinção no Médio Tejo e no distrito de Santarém, facto que muito nos deve orgulhar e que demonstra o dinamismo das nossas empresas e do nosso tecido empresarial. -----

O grupo Municipal do PSD enaltece este contributo na criação de emprego e de desenvolvimento económico do Concelho de Ourém e formula votos para que estas empresas galardoadas continuem a prosseguir uma estratégia de crescimento e de reforço da sua base competitiva, e a possuir elevados níveis de desempenho, condições para que mantenham o estatuto PME Líder agora atribuído. -----

Saudamos ainda o facto de as empresas do Concelho de Ourém poderem continuar a contar com o apoio do município na estratégia de compromisso com a excelência, a solidez financeira e a contribuição para a dinamização da economia da nossa região. -----

Para todas estas 111 empresas, os nossos muitos parabéns. -----

Obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Primeiramente, queria felicitar publicamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua nomeação como Secretário de Estado da Agricultura, algo que também já fiz pessoalmente. -----

No entanto, foi com um misto de espanto e alguma tristeza que vi um título de um jornal local que dizia, "Ourém terá mais poder de influência com a referida nomeação", esquecendo-se que no Governo cessante também estava um ourensense, o Dr. Francisco André. Não estarei a cometer nenhuma inconfidência e o senhor Presidente de Câmara, decerto que não vai desmentir quando afirmo que o Dr. Francisco André esteve sempre totalmente disponível para ajudar a resolver os problemas do Concelho de Ourém junto do Governo, sempre em estreita colaboração com o senhor Presidente de Câmara, de uma forma sempre célere, embora com discrição e sem alaridos, como se impunha. -----

Na minha opinião, já seria muito bom para o Concelho de Ourém que não perdesse poder de influência. -----

Aproveito a intervenção para pedir um voto de felicitações por parte desta Assembleia Municipal para o Dr. Francisco André, pela sua muito recente nomeação como embaixador da



União Europeia no México, um dos mais altos cargos diplomáticos da União Europeia, que passa a ser exercido por um ouriense, que só nos pode deixar orgulhosos como comunidade.”

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Duas notas apenas: primeiro, agradecer a todas as bancadas, as congratulações e os votos de confiança que foram transmitidos. -----

Dar aqui nota ao Deputado Nuno Baptista que, obviamente nunca esteve em causa, antes pelo contrário, senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Francisco André, de quem tenho a felicidade de ser amigo, a sua capacidade de interferência junto do Governo. Sempre tentou fazer o seu melhor. -----

Da parte do Governo é que a resposta nem sempre foi a melhor. Portanto, espero que seja contrariada essa tendência de que Ourém há muitos anos tem sido injustamente tratada por governantes de todos os partidos. Com a colaboração de todos os senhores deputados municipais, do executivo municipal, penso que é hora de nós tentarmos inverter um pouco essa tendência, de sermos discriminados negativamente face a outros municípios aqui vizinhos, não só da nossa área territorial da CIM Médio Tejo, como do nosso distrito e distritos vizinhos. Temos sido sempre os parentes pobres nas decisões políticas. É nessa luta que estamos, vamos tentar dar o nosso melhor.” -----

----- VOTO DE CONGRATULAÇÃO -----

----- A Assembleia Municipal de Ourém apresenta um voto de congratulação ao Dr. Francisco André, pela sua muito recente nomeação como Embaixador da União Europeia no México, um dos mais altos cargos diplomáticos da União Europeia e que passa a ser exercido por um ouriense, que só nos pode deixar orgulhosos como comunidade. -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Congratulação aprovado por unanimidade** -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado o seguinte pedido de intervenção: -----

----- PEDRO CORTES expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Saúdo a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, a quem felicito pelo cargo para o qual recentemente foi nomeado e que considero muito importante, até mesmo para a matéria que pretendo tratar aqui hoje. -----

Gostava de trazer aqui um assunto que tem a ver com as políticas rurais e daí que o senhor engenheiro João Moura poderá dar uma boa ajuda. Concordo com o que disse, que o nosso concelho tem sido discriminado nas últimas décadas, inclusivamente nesta questão que trago.

Desde a nossa adesão comunitária, o histórico das políticas rurais, não se adequaram bem à nossa realidade do minifúndio e nós temos 30 anos de uma certa marginalização que justifica, de certa forma, o abandono e os incêndios catastróficos em que Portugal passou a ser um dos líderes mundiais e de líderes mundiais no sentido de ser um país da Europa e com políticas rurais, tem uma área de dimensão de incêndios catastróficos que não se justifica. -----

Existem áreas que também ardem muito noutras zonas do mundo, na Califórnia, etc., mas são zonas despovoadas que não têm gente que não têm políticas rurais, não se justifica o que se passa em Portugal. É um assunto que me preocupa. Há 35 anos que eu estudo esta matéria e que estou aqui instalado no concelho, gostava que a minha carreira profissional pudesse também ajudar um pouco a inverter esta situação. -----

Penso que desde 2017, o ano dos incêndios de Pedrógão, etc, as políticas rurais que até então já não tinham a nossa realidade minifundiária, parece que ainda piorou um pouco aquilo que, na expectativa de todos, parecia que se ia melhorar e havia e houve algumas expectativas. Viu-se que realmente o problema era de uma gravidade brutal. Lembro que no incêndio de Pedrógão foi batido o recorde mundial. Nunca tinha havido uma área de queimada tão rápida, 14000 ha por hora a nível mundial. E foi devido a uma enorme acumulação de carga de combustível que no fundo tinha associado a falta de aderência à realidade das políticas rurais até então. Esperava-se que a partir de 2017, as medidas viessem a melhorar esta situação. Quem está no terreno sabe que não aconteceu isso e houve uma paragem de apoios que, na



altura do PRODER entre 2012 2016, pareciam que iam dar alguma esperança de intervenções, sobretudo com as juntas de freguesia, permitindo fazer gestão agregada em territórios abandonados. Isso foi praticamente parado. Houve uma imposição de uma planificação central sem a noção da nossa realidade e isto é que é questão. Não estou a dizer que quem tomou estas decisões fosse mal-intencionado, não têm é a noção da nossa realidade e é isso que é preocupante. Era importante e tenho esperança de conseguirmos transmitir essa realidade aos decisores centrais e agora com o engenheiro João Moura, também poderá dar uma ajuda nesta matéria. As pessoas não são mal-intencionadas e, certamente, passarão a tomar decisões mais acertadas com a nossa realidade. -----

Essa imposição de uma planificação central começou com uma coisa absolutamente absurda, que é uma carta de perigosidade que diz que o concelho de Ourém tem baixo perigo de incêndio, porque foi feita com a metodologia com base em dados que não são reais, que dá um peso enorme à altitude. Isto é uma zona baixa, ficando sempre considerada de baixa perigosidade. Devo dizer, ainda há pouco, a zona de altitude com hortas de ocupação do solo na Guarda é considerada mais perigosa do que um pinhal abandonado em Ourém, dada esta metodologia, o que desvirtua completamente a lógica. Temos hoje uma carta de perigosidade alta nas zonas que arderam várias vezes e aquelas zonas que ainda não arderam, que são verdadeiros barris de pólvora, são consideradas zonas pouco perigosas. Tudo bem, se isto fosse um estudo académico, o pior é que isto é a base das políticas rurais e, portanto, as zonas que ainda não arderam são excluídas dos apoios para a prevenção, porque esta Carta considera-as de baixa perigosidade. Isto é, uma inversão total da lógica. -----

Em 2021, criou-se uma comissão integrada de fogos rurais, em que eu participei desde o começo, como entidade gestora da ZIF de Seiça, representa cerca de 4000 ha do território do concelho de Ourém, participei em muitas reuniões, onde há um Plano do Médio Tejo muito complexo, nada aberto às questões do minifúndio, mas está a ser discutido e não saiu nada, sendo que 2021 a 2024, são 3 anos. A escalada da burocracia nos critérios da aprovação das candidaturas é um aspeto impressionante, são cada vez mais complicadas e aquilo que seria normal tornar a aderência à realidade e descomplicar os processos, não está a acontecer, em termos gerais. No caso de Ourém, o colapso territorial, temos a terceira vaga de incêndios



catastróficos, tivemos em 2005, 2012 e 2022. Em 2022, 5300 ha em 5 vezes e, quem vive no concelho, viu o drama que foi. Em 2023 começa a repetir-se, mas ainda bem que choveu. -----

Se quantificarmos isto são sete milhões de euros por ano de percas económicas, nos últimos 20 anos. Há, por outro lado, 4 milhões de euros por ano de apoios das políticas rurais que deveriam pertencer, em termos de média, ao concelho de Ourém, que não tem vindo e que seriam essenciais para reverter esta situação. A carga de combustível vai se acumulando, ano a ano, e a um nível que já não é possível parar fogos, ou seja, acima das 10 t por hectare, que é uma zona abandonada, o fogo já não consegue parar. -----

Por outro lado, a carta de perigosidade que nos está a regular apenas considera perigosas zonas que já arderam, portanto, não vai ajudar na prevenção, são consideradas pouco perigosas. Sabemos que as linhas de água estão cheias de carga combustível, assim como as áreas abandonadas, mas com esta Carta de perigosidade, como é a base das políticas rurais dos apoios, 2/3 do concelho de Ourém está fora dos apoios. até os apoios de 2016 que vieram apoiar alguma coisa, até esses ficámos excluídos. -----

Por outro lado, conseguiu-se fazer uma ZIF em 2023, um projeto à medida, de prevenção na Freguesia de Freixianda, uma zona crítica, sendo o único projeto que passou e que agora está em risco de ser chumbado. Esperemos que impere o bom senso. -----

É ainda muito importante a intervenção pioneira que houve no concelho de Ourém com as juntas de freguesia que fizeram de facto obras muito relevantes, quebraram tabus que, na altura dizia-se que era impossível fazer intervenções em muitos hectares, porque era de muita gente e as pessoas não iriam deixar, é mentira. É possível, desde que os apoios cheguem às juntas de freguesia e que elas possam fazer a obra. Isto é importante porque em 2016, na altura, até ao senhor Presidente apoiou, começaram a arranjar critérios que começaram a excluir os projetos destas zonas, com base em critérios, enfim inimagináveis e o dinheiro, os fundos foram canalizados para outras zonas do país que já estão habituados a recebê-lo. -----

O que fazer para melhorar? Penso que tem de haver um grande diálogo entre o Estado Central. Há aqui um conjunto de intervenções para recuperar a capacidade de intervenção das juntas de freguesia, com medidas rurais concentradas em zonas estratégicas do território, que são as linhas de água, as galerias ripícolas são verdadeiros rastilhos de fogos se não forem



intervencionadas e podem passar a ser zonas de paragem de fogos, assim como uma intervenção centrada em 25 metros para cada lado dos caminhos florestais, definidas com os bombeiros, os presidentes de junta. Será uma verba muito mais pequena do que a verba que o Governo, hoje em dia, pensa para uma ação mais vasta das AIGPs. As AIGPs são um projeto muito megalómano. Passamos do 8 para o 80 com intervenções muito mais simples, mais baratas e mais eficientes que permitiriam conservar o território e ir buscar, digamos assim, a verba que não tem vindo para estes territórios, tendo sido usada noutros. -----

Para terminar, penso que o concelho de Ourém tem sido particularmente marginalizado, nos últimos 30 anos, pelas decisões centrais de quem não tem noção da nossa realidade. E, é nossa função, penso eu, ao menos, fazer chegar esta realidade aos decisores. -----

Peço desculpa pelo alongar do tempo. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA AMO agradeceu a intervenção que disse ser pertinente dada a realidade do concelho, pelo que foi dado mais tempo para uso da palavra. ---

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
 Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
 Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
 Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
 Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----



Estimados oureenses, -----

As minhas primeiras palavras são naturalmente destinadas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, pela sua recente nomeação para o cargo de Secretário de Estado da Agricultura. -----

Caro Engenheiro João Moura, já tive a oportunidade de o fazer pessoalmente e também publicamente, mas aqui reforço uma palavra de felicitação, que é também uma palavra de satisfação e orgulho pela sua nomeação para tão nobres e relevantes funções. -----

Estou convicto de que a sua experiência, e o seu conhecimento na matéria em apreço, vão contribuir decisivamente para desenvolver um sector tão importante para Portugal, como é o da agricultura. -----

A título pessoal e também na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, aqui fica o reconhecimento público pela sua nomeação, com votos das maiores realizações profissionais ao serviço de todos nós. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

É com grande sentido de responsabilidade que tenho a honra de apresentar a esta digníssima Assembleia, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas associado ao exercício do ano civil de 2023. -----

O documento que hoje submetemos ao escrutínio de vossas excelências, é o reflexo de um exercício de seriedade e compromisso, bem sustentado no equilíbrio e no rigor que desde sempre aplicamos na gestão dos recursos públicos. -----

Sem querer alongar-me, até porque os senhores deputados já tiveram acesso a este Relatório, permitam-me que aqui sublinhe algumas das principais conclusões que importa ressaltar: -----

- Foi garantida a integralidade da execução do volume total de receitas previstas no Orçamento Municipal para 2023, com um grau de execução da receita na ótica das cobranças líquidas de 100,4 por cento. Portanto, bem acima dos 85 por cento estabelecidos como meta pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais; -----
- O investimento direto municipal ascendeu a 16,3 milhões de euros, sendo que o investimento total, direto e indireto, fixou-se em 17,9 milhões de euros; -----
- Obtivemos um resultado corrente positivo, de 11,6 milhões de euros em poupança corrente;



- Mais um exercício em que não se verificam pagamentos em atraso; -----
- No que diz respeito à margem para o endividamento, garantimos uma folga assinalável, já que esta margem está agora fixada em 39,4 milhões de euros face ao limite legal previsto; -----
- O Resultado Líquido do Exercício também é positivo: 3,1 milhões de euros, valor que representa um aumento considerável, sobretudo quando comparado com o resultado de 2022, também ele positivo, mas na ordem dos 815 mil euros; -----
- O Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento, é também positivo: 12,3 milhões de euros. -----

Da conjugação de todos estes dados, resulta o melhor resultado alguma vez alcançado por um Executivo da Câmara Municipal de Ourém. -----

Permitam-me que ressalve que todos estes resultados são o reflexo de uma gestão rigorosa e transparente dos recursos municipais, garantindo sempre a sua aplicação eficiente em benefício de toda a comunidade. O Executivo que tenho a honra de liderar, continua fortemente comprometido em promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos nossos municípios. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

A transparência, o rigor e os bons resultados financeiros são, de facto, uma marca de água da nossa gestão. São também a prova cabal de que é possível privilegiar a saúde financeira de uma autarquia, sem colocar de parte o progresso e o desenvolvimento social desse mesmo território. -----

Ourém continua a ser um Concelho em franca expansão. Continuamos a desenvolver projetos que visam a melhoria das infraestruturas urbanas e dos serviços prestados à população. -----

As empreitadas em curso são mais visíveis nas cidades de Ourém e de Fátima, mas elas também decorrem nas vilas do nosso Concelho, bem como um pouco por todas as nossas freguesias. -----

De maior ou menor dimensão, todas empreitadas servem um propósito: melhorar a qualidade de vida de todos nós. É nesse sentido que caminhamos, de braço dado com os ourenses. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----



Paralelamente às grandes empreitadas que têm melhorado e modernizado o nosso território, vão acontecendo com cada vez maior frequência, grandes eventos que ajudam a projetar todo o nosso Concelho a nível nacional e internacional. -----

Foi precisamente neste contexto que entendemos reforçar a aposta na projeção do Município de Ourém à boleia da bolha mediática da BTL. Reforçámos a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa, assumindo, pela primeira vez e com sucesso evidente, a representação da nossa região através de um stand próprio. Ali tivemos a oportunidade de projetar as potencialidades do nosso território, perante milhares de pessoas, na certeza de que o retorno será positivo e já está a ter impacto na nossa economia local. -----

Ourém é um Concelho próspero e dinâmico. É um Concelho cada vez mais atrativo, sobretudo em resultado desta estratégia de modernização e comunicação das nossas valências, enquanto destino alternativo. -----

Neste último fim de semana, tivemos entre nós mais um grande evento: a primeira edição do Rallye Terras de Auren resultou num sucesso de adesão, com milhares de espectadores nas estradas por onde a prova passou. Foram milhares de oureenses a responder afirmativamente a este evento, como também foram milhares de visitantes, que assim tiveram contacto com o nosso território e com as nossas potencialidades. -----

Em junho teremos mais uma edição da nossa FeirOurém. É mais um evento de larga escala que tivemos a felicidade de recuperar, também com elevado sucesso, tendo em conta o retorno que garante à economia local e a projeção mediática que oferece ao nosso território. -----

Não posso ainda deixar de referir a Festa da Criança, o Passeio Sénior, a Música A Gosto ou ainda a Festa do Emigrante. -----

A propósito de projeção mediática, teremos em agosto deste ano a chegada de uma etapa da Volta a Espanha, que é tão só um dos eventos com maior alcance e audiência à escala mundial. -----

Aqui entre nós, vamos tendo e teremos cada vez mais, outros eventos, também eles muitíssimo importantes para o desenvolvimento social do Concelho de Ourém: são disto exemplo a Semana Santa, a Semana da Educação e a Festa do Livro, três entre as muitas iniciativas promovidas pelo Município de Ourém, com excelente aceitação na comunidade e



inequívoco contributo para a valorização do nosso território enquanto Concelho de referência, a nível regional, e cada vez mais a nível nacional. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Dentro de breves dias assinala-se um momento histórico para todos nós: o cinquentenário do 25 de abril, uma data histórica que nos recorda a luta pela liberdade, pela democracia e pela igualdade. -----

Agora como nunca, é fundamental lembrar e praticar os valores que norteiam a nossa sociedade, e manter viva a memória das conquistas alcançadas pela Revolução de Abril. -----

Celebrando os 50 anos de Abril, o Município de Ourém preparou uma série de iniciativas, precisamente para ressaltar a importância dos valores associados a esta data. -----

O projeto “Integra-te – Jovens Autarcas” nasce de uma ideia desenvolvida pelo Conselho Municipal da Juventude, à qual o Município de Ourém fez questão de se associar. Estamos perante uma iniciativa que pretende possibilitar aos estudantes a oportunidade de conhecerem a realidade e as funções de um Executivo Municipal. -----

É um projeto que quer aproximar e envolver os nossos jovens na esfera política e na gestão autárquica. É, acima de tudo, uma iniciativa certamente valiosa para combater a desinformação que propaga nas redes sociais, com impacto negativo e preocupante em todas as gerações. ---

É nossa obrigação defender a liberdade que Abril nos ofereceu. É nossa obrigação transmitir os valores de Abril às novas gerações, para que os nossos jovens percebam quanto vale a liberdade que hoje gozam. E o quanto custou aos nossos antepassados a privação dessa mesma liberdade. -----

Obrigado pela vossa atenção” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF



Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização e Contencioso e Informática	DRHFCI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, Presidente União das Freguesias Rio Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos e a todas -----

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e a respetiva Mesa -----

Senhor Presidente de Câmara e os Senhores vereadores -----

Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia -----

Todos os que nos acompanham através das redes sociais e da ABC rádio -----



A minha intervenção é um complemento daquilo que o senhor Eng.º Pedro Cortes acabou de falar. Tem a ver com o considerar o nosso concelho com perigosidade baixa a nível de risco de incêndio. -----

Sendo o nosso concelho considerado, pelas entidades competentes nesta matéria, um território de perigosidade baixa de risco de incêndio e, como todos os indicadores dos anos anteriores, em particular em 2022 e 2023, como tendo sido fustigado por incêndios em maior número e também em termos de área ardida a nível distrital, aquele que apresenta a maior área, o facto de ser considerado de perigosidade baixa não se coaduna com a realidade, portanto, alguma coisa deveria ser feita para inverter esta classificação e para que o território seja olhado com outra preocupação e sejam tomadas ações concretas pelas autoridades competentes nesta matéria. -----

Disse, obrigado.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara, -----

O Município adquiriu mais algum terreno para aquele programa de arrendamento acessível, relativamente àquilo que já nos foi apresentado, àqueles que nos tinham sido apresentados numa primeira fase? -----

Segunda questão, existe uma grande preocupação nos pais de alunos deste concelho relativamente às colocações desses alunos, especialmente a entrada no primeiro ciclo. As perguntas que tenho para lhe fazer é se está garantida a colocação de todos os alunos que concorrerem para ficar neste concelho. Está em condições de nos garantir que não vamos ter aqui novamente os pais numa Assembleia Municipal, agora outro grau de ensino, em situações de quase desespero a procurar soluções. -----

A terceira questão tem a ver com algo que nós alertamos aqui que ia correr mal. Infelizmente tivemos razão. Teve um desfecho triste, mas absolutamente previsível, o protocolo entre o Município de Ourém e a NERSANT para a exploração da Startup Ourém. Recordemos que a NERSANT nos foi apresentada aquando da apresentação do projeto como um dos maiores especialistas nacionais nesta matéria, praticamente infalível e com a quase certeza absoluta do sucesso desta parceria. -----



Durante estes anos, a perguntas de vereadores e deputados do PS foi sempre respondido que tudo estava bem, quando os números diziam o contrário. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de líder de todo o executivo camarário, tanto vereadores da coligação como vereadores do PS, em ambos os mandatos, temos uma atitude que não podemos deixar de registar quando, em resposta a perguntas do vereador do PS dirigidas a NERSANT relativas ao fraco desempenho da Startup, essa entidade, na pessoa do seu Presidente, do seu antigo Presidente, respondeu de modos menos próprios. O papel do líder do executivo municipal era, acima de tudo, defender os seus, todos os vereadores, do tipo de palavras que foi utilizado naquela comunicação. -----

No decorrer deste assunto e agora, Senhor Presidente, quais são os novos planos? Expliquen-nos os novos planos para a Startup, para a ocupação do edifício que sejam além de colocar aparentemente alguns dos serviços municipais nesse edifício.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

A primeira nota vai também para felicita-lo, já o fiz na última reunião da Comissão de Planeamento Estratégico, pelas novas funções. Desejo-lhe as maiores felicidades e que isso possa traduzir-se para o Concelho em alguma melhoria, ainda que pouca que seja. Mas, estou certo de que vai se empenhar com garra para que isso aconteça, para melhor proveito do nosso Concelho. -----

A segunda nota é uma questão para o senhor Presidente da Câmara Municipal e que tem a ver com uma questão já antiga, que já leva mais de 30 anos no nosso Concelho e que ultimamente tem vindo à ribalta, nomeadamente aqui há um par de semanas e que tem a ver com o movimento que foi criado em Fátima para o Concelho de Fátima. -----

A minha questão, Senhor Presidente, é se eventualmente já se debruçou sobre este tema e se nos poderia aqui confidenciar alguns dos pensamentos que possa ter sobre a matéria, para que nós possamos ficar um pouco elucidados. -----

Muito obrigado.” -----

= **PAULO LUÍS MARQUES NUNES**, Presidente União das Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----



Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, toda a mesa.
Cumprimento o senhor Presidente do Município de Ourém, todos os vereadores, todos os meus colegas, todos os presentes. -----

Pretendia ver aqui esclarecidas duas notas muito simples. -----

Uma é sobre a casa que ardeu na Freixianda nos incêndios de julho de 2022. Como sabem, já foi visitada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, há cerca de 1 ano. Ele prometeu inaugurá-la no dia 13/07/2023 e já estamos em 2024. Eu vejo lá uma grua, já há 2 ou 3 meses, mas não vejo lá nada feito. Gostaria perguntar se me pudesse informar sobre o ponto da situação, porque muita gente me pergunta, e eu não tenho resposta para dar. -----

Outra nota, é sobre os pontos de água que estão a ser construídos pelo Concelho, e muito bem, mas também gostava de saber qual é o ponto da situação dos mesmos. Se eles já vão funcionar este ano. Se não vão. Esperamos que não sejam necessários, mas se por acaso vierem a ser, que estejam à altura de serem funcionais. -----

Muito obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Muito boa tarde a todos. -----

Queria cumprimentar todos na presença do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Antes de mais, queria dar os parabéns pessoalmente pelo seu novo cargo. Desejo as maiores felicidades e que tenha muito sucesso. -----

Tenho algumas questões que gostaria de colocar. Na sequência da última questão que eu coloquei relativamente aos transportes urbanos, o TUFO, e que a bancada do PS solicitou alguns dados concretos, nomeadamente, o número de passageiros que estes autocarros transportavam, tendo em conta os dados, portanto, há aqui uma fraca adesão. Em fevereiro temos só 146 bilhetes vendidos e em março, penso que, uma média de 69 bilhetes. Pergunto ao Senhor Presidente, se não havia a possibilidade de alargar talvez o período de gratuidade, podia ser que fosse uma forma de uma certa habituação para que as pessoas pudessem enfim, habituar-se mais a utilizar os transportes. Perguntar também se não poderá haver um ajuste dos troços, digamos assim, das rotas para que houvesse uma maior procura por parte da população. Sei que agora o mês de maio será o mês com muitos turistas e provavelmente



haverá uma maior procura, mas estes transportes são principalmente para servir a população do concelho e daí estas questões. -----

Relativamente à Rodoviária, também já perguntei no passado algumas vezes sobre o destino deste edifício. Hoje pergunto e estou preocupada com a situação relativamente àquele edifício que é utilizado por jovens com comportamentos desviantes, nomeadamente alguma criminalidade e talvez consumo de drogas também. Isso é uma questão que é do conhecimento público. Pergunto se o Município, se este executivo tem feito algumas medidas para evitar o acesso a este edifício e quais essas medidas. Sei que aquele espaço é utilizado pelas pessoas para estacionar os carros, porque aqui temos problemas de estacionamento, mas era importante rever esta questão que eu acho que é de interesse geral de toda a população. -----

Os semáforos, sei que isso é uma situação transitória, mas há pessoas que estão 7 minutos paradas nos semáforos no cruzamento dos bombeiros. Isso é muito estressante para quem precisa de chegar a horas a algum sítio. É complicado, e na última Assembleia, o Senhor Presidente também tinha mencionado a intenção de abrir uma via na rua que vai em direção ao LIDL, abrir uma via para que pudesse escoar um pouco o trânsito. Lembro de ter falado sobre isso, em fevereiro, que houvesse pelo menos a abertura de uma via num sentido. A estrada continua fechada e pergunto até quando é que esta situação se vai manter. -----

Gostei muito de ouvir aqui a intervenção do público de hoje e aproveitava para também perguntar quais são as propostas que o executivo tem para o verão que aí vem. Tivemos já uns dias quentes e, realmente, as pessoas já estavam um pouco assustadas, porque dias de calor, significa muitas das vezes incêndios e, portanto, quais são as propostas concretas para a prevenção. Sei que houve uma reunião dia 11 de abril aqui no edifício da Câmara com várias entidades. Eu gostava de saber qual foi o feedback dessa reunião. -----

É só, muito obrigado.” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal -----



Senhor Presidente da Câmara, foi divulgado recentemente o apoio às associações do concelho num valor superior a 500.000 EUR. Este valor é relativo a quê? Consegue especificar se são despesas correntes ou também inclui investimentos, ampliações, carrinhas? A que se refere? --
Obrigado” -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Mais uma vez, boa tarde -----

Tenho uma pergunta e uma sugestão. -----

Senhor Presidente, estamos no mês de abril, que é o mês da luta contra a violência e maus-tratos em jovens e crianças. Poderia nos dar alguns indicadores? Qual é a realidade de Ourém e se houve algum aumento desses números? -----

A sugestão tem a ver com os monos. Seria possível, não sei de que forma, uma pessoa que contactasse o município para entrega de monos, recolha de monos, para dissuadir o despejo, não poderíamos usar o cartão que foi usado na Feira de Santa Iria como uma forma da pessoa, ao entregar os monos, receber um conjunto de pontos que poderiam ser utilizados no comércio local, na restauração? Fica a sugestão -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ---

“- O senhor Presidente da União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, pergunta aqui sobre a perigosidade, o problema que aqui foi identificado pelo Eng.º Pedro Cortes, a quem eu também agradeço, o facto de aqui vir explicar aquilo que já me apresentou por diversas vezes e que tarda em ser resolvido. O que eu posso dizer é que estamos obviamente preocupados. Nós temos vindo também a trabalhar a nível da Comunidade Intermunicipal para termos um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, diferente daquele que temos hoje e penso que já começa a haver aqui alguma concertação entre todos os municípios e também no sentido de se perceber, de uma vez por todas, que efetivamente o concelho de Ourém é um concelho onde o perigo de incêndio é muito alto, e obviamente tem que partir por aí. Dizer também que tenho uma reunião marcada junto do novo Governo, agendada já para o próximo dia 24, de manhã, com o Senhor Secretário de Estado das Florestas, precisamente para lhe abordar este assunto e para tentar, de uma vez por



todas, que esta classificação do nosso município possa ser alterada, porque penso que os últimos 2 anos, quanto mais não fosse os últimos 2 anos, demonstram que efetivamente somos um concelho onde o perigo de incêndio rural é muito elevado e por isso temos que trabalhar todos em conjunto para ver se conseguimos ultrapassar e reverter esta situação. -----

- O senhor deputado Nuno Baptista coloca aqui 3 questões. Uma primeira sobre o arrendamento acessível. Sim, penso que na última Assembleia Municipal ou na penúltima dei aqui conta de que tínhamos, através do IHRU, adquirido um imóvel em Fátima que ainda não foi feita escritura, já foi adiada 2 vezes. Não sei se o problema é do IHRU, se é falta de dinheiro, o que é que é. O que é certo é que já foi adiado 2 vezes e os proprietários, um dia destes cansam-se. Mas, dizia eu que em Fátima 1 imóvel, em Ourém 2 lotes e estes já escriturados, 2 lotes em Caxarias, 1 em Vilar dos Prazeres e o mais recente, um imóvel em Fátima. Portanto, tudo isto dará cerca de 100 novas habitações. Estamos, neste momento, a elaborar os respetivos projetos, uns de conceção, construção, para ver se, o mais rapidamente possível, conseguimos iniciar a construção destas habitações que nos parecem ser importantes para ajudar a procurar, trazer mais gente para as nossas cidades, para as nossas vilas, mas também para regular um pouco o mercado de arrendamento, como sabemos, hoje está muito elevado. -----

Relativamente ao primeiro ciclo, acho que hoje, e estamos em abril, é prematuro estar a falar deste tipo de situações. Não sabemos quantas inscrições teremos, não sabemos quantos alunos irão sair, nem os próprios diretores de escolas ainda sabem, portanto, é muito prematuro estar a falar sobre este assunto. O que lhe posso dizer é que, este ano letivo que está a decorrer, houve efetivamente alguns locais, nomeadamente nas cidades de Fátima e Ourém, onde os estabelecimentos de ensino do pré e primeiro ciclo estão completos ou praticamente completos e obviamente, se isso voltar a acontecer e se ultrapassarem os lugares que temos disponíveis, teremos que encontrar uma solução, porque ninguém que habite no concelho de Ourém irá deixar de ter escola para que os seus filhos possam estudar. Poderá não ser no local. A título de exemplo, hoje, nas Fontainhas da Serra, Freguesia de Atougua, há uma viatura que transporta alunos de Fátima para as Fontainhas, precisamente para colmatar alguma deficiência que há neste momento em Fátima, em termos de falta de oferta e, portanto,



essa é uma situação que está acautelada e será acautelada, porque nós temos, por exemplo, em Vilar dos Prazeres, Centro Escolar Nossa Senhora da Misericórdia, 4 salas livres, no Pinheiro continuamos com algumas vagas e na Caridade também há algumas vagas. Por isso, a situação poderá ser preocupante ou poderá acontecer, mas tenho a certeza de que tudo se irá resolver, como aconteceu também neste ano letivo, e essa situação não se irá colocar. -----

Em relação ao Protocolo com a NERSANT. Quando aprovámos este protocolo, foi com a intenção de fomentar e dinamizar aquele edifício que tínhamos acabado de requalificar, associando-nos a uma entidade que tinha experiência noutros locais: Rio Maior, Santarém, Torres Novas, com edifícios de Startups e, obviamente, procuramos trazer o conhecimento que a NERSANT tinha desta atividade para o Concelho de Ourém. -----

Estiveram ali algumas empresas, não posso agora precisar, mas também sabemos e não sabemos, quando assinamos este tipo de protocolos, não conseguimos prever o futuro. Também não conseguimos prever que a NERSANT depois viesse a ter, e isso é do conhecimento público, alguns problemas, algumas situações que não ajudam a desenvolver da melhor forma este protocolo, e por isso entendemos, em conjunto com a Direção, revogar o protocolo, passando a gestão do edifício para o município, mas a NERSANT também continua a ter a possibilidade de, se assim o entender e se o conseguir fazer, procurando dinamizar também este edifício. Estamos a analisar o que iremos fazer. É bem possível que o espaço, empresa do município, possa ali começar a funcionar, mas também temos aqui, obviamente, a ACISO que poderá ter um papel importante e uma palavra a dizer sobre alguma das situações que possamos querer implementar neste local. -----

- Senhor deputado João Pereira, fala-me no Movimento de Fátima a Concelho. Penso que é uma boa questão para colocar ao ex-Presidente do Movimento, ele é que, pelos vistos, criou o Movimento. O que sei é que, daquilo que foi apresentado, iriam pedir ou iriam ter uma reunião com a Câmara Municipal, no passado dia 16 de abril e até hoje, dia 22, não tive conhecimento de nada, portanto, não está a começar bem, já estão a falhar com aquilo que se comprometeram perante algumas pessoas que estiveram presentes numa das reuniões que terá havido sobre esse assunto. Mas, queria dizer que, não reconheço qualquer legitimidade a qualquer Movimento que não emane de uma Assembleia de Freguesia ou de uma Junta de



Freguesia, porque esses sim, representam a população, representam o povo. Um Movimento criado não sei por quem, não sei se foi nomeado por alguém, não sei se foi legitimado por alguém, se foi indicado por alguém, não tenho conhecimento e, portanto, que eu saiba, os órgãos eleitos da Junta de Freguesia de Fátima, da Assembleia de Freguesia de Fátima não estão envolvidos nisto, portanto, para mim, não há qualquer tipo de Movimento porque isso, efetivamente, tem que partir de alguma entidade legitimamente eleita pelo povo da Freguesia de Fátima. Não tenho muito mais a dizer, porque também não tenho qualquer conhecimento oficial desta situação. -----

- Senhor Presidente de Junta de Freguesia, Paulo Nunes, coloca aqui duas questões pertinentes, uma sobre a casa ardida da Freixianda e uma sobre os pontos de água que estão em construção no nosso Concelho. -----

Sobre a casa ardida da Freixianda, é um processo que merece efetivamente ser denunciado e ser dado a conhecer. Cerca de dois anos atrás, faz agora em junho, houve uma primeira habitação que ardeu de uma família com poucos recursos que, por acaso nesse momento, estariam a defender outras habitações noutros locais e por isso deixaram que a sua habitação pudesse não ter sido suficientemente defendida e porque também na altura, os bombeiros não conseguiram segurar esta habitação. Desde a primeira hora tivemos contato com a família e tivemos a seu lado para tentar encontrar soluções para recuperar esta habitação, um processo difícil porque não havia documentos. Administrativamente, não estava nada registrado porque fazia parte de uma herança que não tinha também a sua documentação em ordem. Teve que se registrar, teve que fazer um projeto, teve que vir à Câmara Municipal que teve que o aprovar e só depois pôde, enquanto Câmara Municipal, enquanto órgão administrativo, deliberar no sentido de apoiar financeiramente também a família para fazer face às despesas. Nós, enquanto município, apresentámos uma candidatura junto do IHRU para que, no âmbito de um programa que existiu, de apoio a este tipo de situações, para que o IHRU pudesse financiar a recuperação desta habitação. Esse programa foi aprovado pela Câmara Municipal e pelo IHRU, no valor de cerca de 95000 EUR. Mas havia que fazer face ao diferencial entre o valor total da recuperação e o valor que o IHRU apoiava. E foi nesse sentido que o município de Ourém, face a um orçamento que nos foi apresentado depois de terem sido consultadas 5 empresas para o



feito, resolveu apoiar esta família, tendo em conta também os seus poucos recursos, no valor de 60000 EUR para fazer face ao diferencial entre o apoio do IHRU e o apoio que o município se comprometeu a dar para fazer face à totalidade da obra. Já lá vão quase dois anos. O IHRU ainda não assinou aquilo que já aprovou e dois anos depois, continuamos à espera. Tenho uma reunião pedida no IHRU, há mais de um mês, que ainda não foi agendada, o que é triste, para tentar perceber o que é que se passa para que, definitivamente, o IHRU possa assinar aquilo a que se comprometeu para que se pague ao empreiteiro que ganhou o concurso que já está a fazer a obra, mas que, até ao momento, recebeu apenas 20000 EUR da primeira tranche que a Câmara Municipal disponibilizou para o efeito. Por isso, temo que se o IHRU não resolver rapidamente o problema, o empreiteiro tenha que parar a obra porque tem custos, têm gastos e, caso não receba, as coisas não podem continuar a andar. O município irá cumprir com a sua obrigação. A segunda tranche será em junho, iremos fazer a transferência da segunda tranche durante o mês de junho, esperando que o IHRU rapidamente possa assinar aquilo que se comprometeu e disponibilizar a verba, que também disponibilizou para que a obra possa continuar e para que esta família possa finalmente ser realojada. Dizer que, neste momento, a família está numa habitação arrendada e que o IHRU, também fruto de uma candidatura que foi feita, está a pagar a renda dessa família. A família está a ser devidamente acompanhada, ficando nós a aguardar que o IHRU possa cumprir com aquilo que se comprometeu. -----

Em relação aos pontos de água. Construámos três novos pontos de água, irão estar disponíveis já na próxima época de verão. Falo da Malaguarda na Freixianda, falo em Toucinhos em Alburitel e falo em Pias Longas no Sobral. Além disso, como no ano passado, teremos também disponível, o tanque que existe no Escandarão também irá estar disponível. Aproveito para dizer ainda que, neste momento, estamos a trabalhar para ter disponível mais três pontos de água, um junto à fonte das Sete Bicas em Urqueira, fruto de um projeto que a Junta Freguesia elaborou e que está em apreciação a Câmara Municipal e que teve, recentemente, parecer desfavorável da CCDR, mas estamos já a trabalhar, em conjunto, com a Junta de Freguesia para ultrapassar essa situação, aproveitando a água que sai da fonte das Sete Bicas. Um outro ponto junto à fonte da Conceição, estando a União de Freguesias Gondemaria e Olival está a trabalhar num projeto para o apresentar à Câmara Municipal para aproveitar toda aquela água



que jorra daquela fonte que ali existe. Um outro ponto nos Vilões, também um projeto da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, aproveitando uma nascente de água que existe ali junto a um tanque que está desaproveitado e devoluto e que também queremos aproveitar para ali fazer um ponto de água importante. Recordar que estes pontos de água estão identificados em locais estratégicos e que nos são ditos pela nossa proteção civil, que são importantes, porque nós não podemos ter pontos de água em todo lado, mas sim em locais devidamente identificados e com a distância que estão determinadas por lei, entre os diversos pontos de água para ter uma maior cobertura a nível do nosso Concelho. Penso que, com estas situações que temos hoje já em pleno funcionamento e com aquelas que iremos ter com estas três que acabei de dizer, o concelho ficará muito bem servido em termos de pontos de água no futuro. ---

- Senhora deputada Helena Pereira traz-nos aqui três ou quatro questões. Uma delas tem a ver com o TUFO. Efetivamente, nenhum projeto se pode medir ou não podemos tirar ilações de qualquer projeto, dois ou três meses depois. Temos de continuar a insistir nos projetos para que possam ter viabilidade. O TUFO parece-nos que é um projeto válido. É um projeto importante para ajudar a mobilidade das pessoas que habitam nas cidades de Ourém e de Fátima. Não tem tido a adesão que gostaríamos que tivesse, mas estamos a tentar tomar algumas medidas, entre elas, porque apareceu depois do lançamento, a sinalização das paragens, que agora já estão todas sinalizadas. Temos que melhorar também a comunicação e, eventualmente, também conceder aqui mais algum tempo de gratuidade para que, como disse e bem, que as pessoas se possam habituar a utilizar este meio de transporte, que me parece importante e que me parece que poderá ser, no futuro, válido para todas as pessoas que queiram deslocar-se às cidades de Ourém e Fátima ou dentro das cidades de Ourém e Fátima. O ajuste das rotas, como sempre dissemos, poderão ser reavaliados, mas recordo que nós estamos a falar de circuitos urbanos, foi para isso que foram criadas estas rotas. Dizer também que abriu recentemente um novo Aviso do Fundo Ambiental para aquisição de mais viaturas elétricas e que nós apresentámos candidatura para podermos adquirir mais uma viatura elétrica, esperando que ela possa ter sucesso, porque nos parece que este tipo de viaturas, este tipo de percursos, são importantes para ajudar na mobilidade de todos nós. -----



Em relação ao edifício da Rodoviária. Falou aqui que ele é hoje utilizado de forma menos correta por jovens. Acho que deve apresentar essa queixa junto PSP porque é a entidade que tem a obrigação de também fiscalizar essa situação. Disse-o aqui, portanto, agradeço que também o possa denunciar junto da PSP para que a PSP, se o entender, possa melhorar também a fiscalização no local. O que temos, penso que já aqui foi dito, é um projeto para ali instalar uma Loja do Cidadão para que possamos ter os serviços da Autoridade Tributária e da Segurança Social, porque o Instituto de Registo Notariado entende que não há necessidade de alterar a sua atual localização, no Palácio da Justiça, para este novo local. Foi um processo, penso que já aqui falei, que andou para trás e para a frente, com grande indefinição por parte do Governo. Quando tínhamos o projeto quase concluído, tivemos que alterar todo o projeto para um novo conceito. 3.0, que é assim que se chama o novo conceito de Loja do Cidadão. Posso dizer que, hoje mesmo, apresentámos uma candidatura para requalificar o espaço para ali instalar a Loja do Cidadão, junto da AMA - Agência de Modernização administrativa, esperando que o nosso projeto possa ser contemplado, porque poderá ter um financiamento até 1,100 milhões de euros, o que nos parece importante para podermos requalificar aquele espaço e podermos finalmente devolvê-lo à população. -----

Em relação à questão do estacionamento. Obviamente ele está a ser utilizado como estacionamento, mas dizer-lhe que continuamos a ter estacionamentos na cidade, nomeadamente, aqui no edifício dos Paços do Concelho, com 1 hora e meia de gratuidade, que as pessoas continuam a não utilizar e que mais uma vez apelo a que possam fazê-lo, porque nós temos 90 minutos gratuitos num local totalmente seguro e que ainda pode ser mais utilizado. Temos ainda estacionamento junto ao parque Dr. António Teixeira totalmente gratuito e com muitos lugares que pode também ser utilizado. -----

Fala ainda do semáforo junto aos bombeiros, que está 7 minutos parado. Não sei se é 7 minutos, eu quando vou a Lisboa estou parado meia hora e quando vou outros lados estou parado se calhar 1 hora e tenho que me aguentar. Todos nós sabemos que a cidade hoje está em obras e temos que ter paciência. Não é agradável para todos. Juntou-se esta intervenção com uma outra que também está a decorrer na rua Dr. António Justiniano Luz Preto, que está intrinsecamente ligada àquela que está a decorrer entre as rotundas, para ver se conseguimos



resolver em definitivo o problema da falta de água constante na cidade de Ourém, por isso teve de ser feito também em simultâneo. Pensamos que, no início de maio, iremos abrir não uma, mas duas vias, até porque a rotunda também terá que ter obras e a partir do início de maio iremos ter as duas vias abertas porque ela irá ter duas vias, como já repararam, irá ter um separador central e, portanto, a partir de maio, de forma provisória, essas duas vias irão ser abertas, o que parece irá ajudar a resolver muitos dos constrangimentos que hoje temos na cidade de Ourém, como temos também em Fátima, nomeadamente na estrada de Minde, onde também estão a decorrer obras e onde também há inconvenientes grandes em termos de fluxo rodoviário. -----

Em relação à prevenção de incêndios florestais. Tivemos uma reunião, é verdade, com todas as entidades que habitualmente trabalham nesta área, e estamos a fazer aquilo que temos habitualmente feito. Estamos a trabalhar para limpar faixas. Estamos em conjunto com a GNR a procurar que os proprietários, os privados possam limpar os seus terrenos, a que estão obrigados. Estamos a fazer um trabalho em conjunto com a GNR, com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, com a com a sub-região do Médio Tejo e com os bombeiros, no sentido de procurar evitar que as situações que tivemos nos últimos anos não se repitam. Iremos também procurar ter um reforço da vigilância de meios no terreno, nomeadamente através dos escuteiros, através de meios municipais para ver se conseguimos evitar aquilo que aconteceu, nomeadamente há dois anos. -----

- Senhor deputado Tiago Vieira falou sobre a questão do associativismo. Amanhã vamos assinar os protocolos com as diversas associações culturais e desportivas. Foi atribuído um valor de apoio direto às associações de 510 mil euros, mais 40 mil euros comparativamente ao ano anterior, o maior valor de sempre distribuído junto das associações. -----

Além deste valor, repito, estamos a falar de apoio direto às associações para as despesas correntes, irão também ser divulgados os valores respeitantes ao investimento que temos em curso, através de diversos protocolos com as diversas associações culturais e desportivas e também o valor de apoio indireto que é quantificado através da utilização que as associações fazem dos diversos equipamentos desportivos do Município, pavilhões, piscinas, estádio, que se cifram em mais de meio milhão de euros. Significa que, em termos associativos, iremos



divulgar valores bem acima de 1 milhão de euros diretos e indiretos às associações culturais e desportivas do concelho, que nos parece justificado tendo em conta a importância que as mesmas têm no nosso tecido social, no nosso tecido económico, cultural e desportivo. -----

- Senhor deputado Victor Santos fala na questão dos monos. Faz uma sugestão que poderá ser analisada, não só em termos do Município, como em termos da Valorlis. Há que incentivar, cada vez mais, para que as pessoas possam fazer a reciclagem, possam fazer a entrega de monos, usando um telefone direto para o qual as pessoas devem ligar, para que possamos recolher, porta a porta, esses monos, porventura ainda não suficientemente divulgado. Ultimamente, nos contentores há um número de telefone bem explícito para que as pessoas saibam para onde devem ligar, porque nós fazemos esse serviço de forma gratuita. Muitas das vezes é falta de cidadania, as pessoas continuam a depositar os seus monos em locais menos próprios, depois os serviços municipais terão também de recolher, mas causa sempre o incómodo visual e em termos ambientais, que não é o mais apropriado. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto o segundo período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, deixe-me fazer primeiro uma menção. Pedimos dados ao Executivo. Foram muito rápidos a dar-nos um dos dados que nem são positivos, já foi aqui falado, mas houve outro pedido que não nos foi respondido, a questão das contraordenações. Não tivemos resposta. -----

Senhor Presidente da Câmara, numa altura em que se comemoram 20 e 50 anos do 25 de Abril, os sinais de cansaço da nossa democracia estão todos aí, deixe-me deixar aqui uma palavra, porque é a Assembleia antes das comemorações, da importância da nossa oposição na nossa Democracia. A oposição, a necessidade de respeito por essa oposição, e falamos aqui mais da Assembleia Municipal. Acho que é essencial ouvir as propostas que aqui são apresentadas, não as considerando logo assim absurdas, apoucando-as, e um tempo depois, apoderar-se de algumas dessas ideias. -----



Deixo aqui dois exemplos: a construção de uma creche pelo Município. Uma ideia deste grupo municipal aquando da vinda das mães a esta Assembleia Municipal, logo dito pelo senhor Presidente que era impossível, esse não era um papel do Município. Depois, deve ter ido para casa, pensou melhor no assunto e achou que era boa ideia e, felizmente, está em andamento. Falaremos disso noutra dos temas que aqui está na Assembleia Municipal. -----

Temos agora outro exemplo que é a compra de mais alguns imóveis para arrendamento acessível com fundos integrais do PRR. Nós temos nesta Assembleia, quando veio a votação, a primeira versão que o Município tinha sido pouco ambicioso. Com estes fundos, todos disponíveis, podia ter ido muito mais longe para tentar minorar um dos mais graves problemas do país e também deste Concelho, que é a falta de habitação e hoje, o senhor Presidente já aqui focou e bem. O senhor Presidente, disse logo que era contra, que podia ser prejudicial para os interesses privados, exatamente o contrário do que foi dito hoje aqui por si, como se não existissem clientes para todos e vivêssemos num concelho cheio de gruas e com dezenas de prédios em construção, só que não. Depois foi para casa, pensou, comprou mais alguns imóveis e muito bem o fez. Fica aqui a nossa congratulação da nossa ideia. -----

Procuramos sempre e simplesmente o melhor para o nosso Concelho e acreditamos, não tenho dúvidas disso, que o Senhor Presidente também procura sempre o melhor para o nosso Concelho.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Só um esclarecimento, uma achega, àquilo que coloquei ao senhor Presidente há pouco. -----

Como é evidente, eu fiz o trabalho de casa. Eu até me dou ao trabalho de ler as atas e, portanto, como é evidente, só me faltava saber a opinião do senhor Presidente em relação à questão que lhe coloquei. -----

Mas também deixe-me dizer que fiquei esclarecido com a resposta que me deu e eu até, João Pereira, diria mais uma vez que estamos a falar de Fátima. Eu até digo que não separe o Homem, o que Deus uniu e, portanto, era só neste sentido que eu gostaria de deixar aqui a minha intervenção. -----

Muito obrigado.” -----



= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte:

“Boa tarde a todos, -----

Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e também quem nos acompanha pelas redes sociais. -----

Primeiramente, gostaria de também felicitar publicamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo cargo de Secretário de Estado da Agricultura. Espero que tenha muito sucesso e que esses sucessos se traduzam também numa melhoria para o Concelho de Ourém. -----

Em segundo lugar, dizer ao senhor Presidente da Câmara que é muito bom para mim, uma vez que não sou membro efetivo, vir a estas assembleias municipais, andar primeiro pelo Concelho e ver uma quantidade de obras sempre em andamento. Posso dar alguns exemplos: o edifício multiuso de Caxarias, zona industrial da Freixianda, Avenida Nuno Álvares Pereira, Estrada de Minde, etc. Mas é muito bom vir aqui também e muitas vezes, como substituto, e ouvir sempre uma quantidade de obras novas serem anunciadas e, portanto, isto é realmente muito bom. Nestas obras novas, por exemplo, que agora estão a ser anunciadas, fico muito contente por viver lá e por também já ter lutado por um alargamento daquela ponte junto à estrada dos Cantoneiros e pela construção dos passeios na estrada regional 356 que, ao longo de muitos anos, nem sabíamos se era regional ou nacional. -----

Numa altura em que comemoramos 50 anos do 25 de Abril, dar os meus parabéns aos alunos do CEF e Colégio São Miguel e a todos os outros que não estiveram presentes. -----

Dizer que a melhor maneira de não defraudarmos os eleitores é acreditar e fazer acreditar as pessoas que o 25 de Abril valeu a pena é, penso eu, continuar a fazer o que a Câmara Municipal de Ourém está a fazer: obras, acompanhar as associações, a parte social toda dentro de um rigor orçamental, portanto, como vamos saber no ponto a seguir ou como já todos sabemos, todas estas obras são feitas com rigor orçamental, não há aumento de dívida e temos uma capacidade de endividamento que nos permitiria muito mais. -----

Há 50 anos, tinha menos de 19 anos, esperava que, 50 anos depois, pudéssemos ter muito mais, não temos muito mais e está a ser aproveitado até por alguns partidos populistas, mas temos muito mais, não temos tudo o que queríamos e espero que a juventude que esteve aqui



hoje lute para que daqui a 50 anos possamos fazer daquela canção do Sérgio Godinho: “só há Liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação. -----
 Daqui a 50 anos não estarei cá, mas estou confiante que a juventude que esteve aqui hoje e aqueles que não estiveram, vão lutar para que uma determinada esquerda que diz que votam sempre nos mesmos, mas que se lá estivesse, fazia muito pior. Lembrar aqui, de uma forma rápida, que eu vivi na Venezuela e havia dois partidos também que não faziam tudo aquilo que o povo queria, mas depois foram substituídos e tornaram a Venezuela, que era o país mais próspero da América Latina, no país mais pobre da América Latina. Dizer a esses, dizer à juventude que apoiem, sejam reivindicativos e ajudem aqueles que até aqui já fizeram bastante e que deveriam talvez fazer melhor para que daqui a 50 anos, quem cá estiver, veja que valeu realmente a pena o 25 de Abril. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: -----

“- Em relação às contraordenações. Se não vieram, foi por lapso, porque eu vi-as. Não posso dizer com certeza, mas a ideia que tenho, em Fátima cerca de 1600 e Ourém cerca de 3200, mas iremos fazer chegar, porque eu tive essa informação e até pensei que ela também tivesse chegado à Assembleia Municipal em conjunto com os números do TUFO. -----

Em relação à mudança de opinião. Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte, era muito fácil uma maioria como nós temos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, ignorar pura e simplesmente aquilo que nos dizem as oposições ou aquilo que nos sugerem as oposições. E essa não tem sido a nossa postura desde o início. A senhora Vereadora do Partido Socialista aqui ao meu lado, sabe perfeitamente que é ouvida, que são consideradas algumas das suas sugestões, como também algumas sugestões vindas de outras pessoas. Para nós, não interessa de quem, sejam do Partido Socialista, sejam do MOVE, sejam do CHEGA, sejam de quem for, se forem válidas para o Concelho, nós cá estamos para as aceitar. Que isso fique bem claro. Infelizmente foi o que não aconteceu no passado, porque se isso também tivesse acontecido no passado, leia-se 8 anos de governação Socialista se calhar, hoje, alguns dos erros que temos e não vou muito mais longe, falo apenas de uma escola que está no Ourém Nascente, em Fontainhas de Seiça, se tivesse sido feita, onde nós na altura



propusemos que tivesse sido feita, tendo inclusivamente sido feito uma manifestação de pessoas a manifestarem-se contra aquela localização, se isso tivesse sido ouvido, se calhar hoje não estávamos aqui com um problema de falta de vagas em Ourém para que os nossos alunos pudessem ter vagas aqui na sede do Concelho. Dizer-lhe que temos toda a humildade para ouvir e reconhecer aquilo que falhamos e aquilo onde nós estamos menos bem. -----

Em relação a estas 2 situações em concreto. A questão da creche, na altura, penso quando aqui se falou nessa situação, não havia avisos destinados às câmaras municipais. Atenção, posso estar errado, mas penso que não havia e por isso essa situação. Mas depois de ponderar e ver também da impossibilidade das IPSS que aqui trabalham em Ourém, puderem ter condições para avançar com uma candidatura, porque eu recorro que hoje uma candidatura para uma creche o máximo de apoio é de cerca de 200000 EUR, 194000 EUR e esta vai nos custar cerca de um milhão de euros, portanto, tem haver fundos próprios para fazer face à componente nacional e por isso nós entendemos que, e vendo a dificuldade e incapacidade dessa IPSS puderem avançar, nós teríamos que tomar a iniciativa e, por isso, fizemos e ela irá muito, muito em breve ser lançado. O concurso está precisamente à espera desta Assembleia para podermos lançar o respetivo concurso. -----

Em relação à aquisição de imóveis, dizer-lhe que aquilo que eu aqui disse continua a ser uma realidade. Eu acho que o Município, entidades públicas, não se devem substituir aos privados agora, como eu também já aqui disse, nós temos que ter a noção de que, hoje, o mercado de arrendamento está alto e que nós temos que também fazer, dentro daquilo que são as nossas condições e aproveitando estes fundos no âmbito do PRR para tentar construir alguma habitação para que a esses valores possam baixar. E foi isso que temos procurado fazer. Desde sempre, dissemos que o nosso limite eram 100 apartamentos no Concelho todo e foi isso que fizemos. O último imóvel que adquirimos, o que IHRU irá adquirir será em Fátima, porque entendemos que os 23 ou 24 que estavam destinados a Fátima eram manifestamente insuficientes para a procura que há na cidade de Fátima, e por isso procurámos mais um local em Fátima. Ideologicamente, continuo a dizer que a iniciativa privada deve prevalecer e que a Câmara Municipal ou o Estado Central, não se deve substituir a essa iniciativa privada, sob pena de que muitos, infelizmente, o nosso conceito também tem muita gente ligada à



construção civil possam fugir e possam deixar de ter interesse aqui no nosso Concelho e nós, obviamente, também não podemos deixar que isso aconteça. -----

- Senhor deputado João Pereira. Não me manifestei contra, apenas disse aquilo que achava que era, não disse que era nem contra, nem a favor. O senhor deputado só entendeu alguma coisa e manifestou a sua intenção, mas eu não manifestei aqui qualquer tipo de opinião, até porque, que eu saiba, em nenhum dos manifestos eleitorais de 2021, estava em lado algum a referência à criação ou à separação de Fátima de Ourém que houve. Que eu saiba nem no MOVE, nem no CHEGA, nem na Coligação Ourém Sempre, nem no Partido Socialista, existia essa referência, por isso, penso que é completamente desajustado, neste momento, estar a falar de um tema que não está de todo em cima da mesa. -----

- O senhor deputado Manuel Lourenço. Agradecer-lhe as suas palavras e dizer-lhe que temos procurado cumprir com aquilo que foi o nosso, os nossos compromissos eleitorais. -----
 Nem sempre é possível, mas dentro das nossas possibilidades, vamos continuar a tentar fazê-lo, porque foi por isso que fomos eleitos e é disso que as populações esperam de nós. -----
 Muito obrigado.” -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sessão os presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Atouguia, Luís Manuel Gameiro Oliveira; -----

----- Freguesia de Fátima, Humberto António Figueira da Silva -----

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2023 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35183**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de



setembro, na sua redação atual, e bem assim da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, através da sua informação registada sob o n.º 31.965/2024, remeteu a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. -----

---- O **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, o qual efetuou uma breve apresentação dos documentos em apreciação. -----

---- De seguida o **Senhor Presidente** teceu algumas conclusões sobre o referido documento
---- (Aprovado em minuta)” -----

----- De seguida, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a apresentação, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, representante grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de parabenizar o executivo pelos excelentes resultados referentes ao exercício de 2023. -----

Dizer ainda que iremos votar favoravelmente as contas do Ano Económico 2023. -----
Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de deixar algumas notas em relação ao relatório e contas de 2023. Os documentos fornecidos estão conforme os critérios legais, comprovado pelo draft do ROC. Os resultados são, mais ou menos, muito similares aos últimos 6 anos. Aliás, o único parâmetro efetivamente cumprido foi o da receita liquidada, ou seja, do valor recebido. As despesas pagas têm uma execução de 80%, nomeadamente as despesas de capital que estão diretamente relacionadas com o investimento. -----



Na mensagem que o Senhor Presidente da Câmara leu, numa primeira fase, e que voltou a mencionar esse facto, o maior destaque vai sempre para o resultado líquido ser o maior resultado líquido de sempre. Eu comparo um bocadinho ao maior orçamento de sempre. Quando vemos as capas dos jornais, vemos sempre isso, quando é do orçamento. Todos sabemos o que aconteceu quando foi a discussão do orçamento, vimos o que acontecia aqui e em outros municípios em volta. -----

Quando falamos do resultado, melhor resultado líquido de sempre, há sempre a questão, voltamos a notar, que nós estamos a falar de uma empresa. Estamos a falar com o objetivo primeiro do lucro. Obviamente que nós queremos e gostamos muito de contas certas, mas entre isso e o objetivo primeiro e a vanglória do maior resultado líquido de sempre para nós não faz grande sentido. -----

E outra coisa que também não faz sentido, e acho que, por respeito aos ourensenses, também devia ter sido mencionado pelo menos na comunicação do Senhor Presidente da Câmara e nas palavras que disse em relação à apresentação técnica do Dr. Fernando Marques, é uma apresentação técnica. É o facto de estarem aqui no orçamento 12,5 milhões de cobrados de impostos, o volume mais alto de sempre. Teria ficado também bem uma palavra aos ourensenses, agradecendo o esforço por este aumento da cobrança de impostos. E tanto que nós solicitamos que a taxa de IMI fosse reduzida para o mínimo e que parte do IRS fosse devolvida aos ourensenses. Pelo que está aqui apresentado, isso era absolutamente possível. ----

Nestes termos, mantemos a coerência com os anos anteriores e com a posição da nossa Vereadora, vamos abster-nos neste ponto.” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “ O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município, referente ao ano económico de 2023, confirma mais uma vez a estratégia seguida por este executivo, de promoção e desenvolvimento económico sustentável de todo o concelho, melhorando a qualidade de vida dos Ourenenses, aliando sempre a uma gestão rigorosa e o equilíbrio das contas. -----

No ano de 2022 o executivo previu e elaborou o orçamento para o ano de 2023 que agora avaliamos a sua execução, revelando-se nessa altura um exercício difícil, em função dos



efeitos deixados pela Pandemia e das consequências conhecidas da guerra na Ucrânia, que hoje, infelizmente, ainda perdura. -----

O impacto verificado e mais significativo no orçamento, foi o nível de inflação ainda elevado, o que impactou no aumento dos preços, nomeadamente, nos sectores da energia, alimentação, contratos em curso, despesas com pessoal e em despesas operacionais. -----

Sendo este um cenário adverso, apesar disso, o orçamento executado que agora avaliamos, cumpriu o rigor financeiro das contas certas, e o esforço ainda mais exigente na obtenção de um saldo positivo entre as receitas e despesas correntes, que se cifrou numa poupança de 11,6 milhões de euros, libertando assim meios financeiros da poupança corrente para o investimento, o que permite respeitar os compromissos assumidos e continuar a construir o futuro e o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

Assim, importa referir outros aspetos relevantes da execução orçamental do exercício de 2023, os quais destacamos: -----

- O total das receitas liquidadas atingiram cerca de 63,1 milhões de euros o que representa um grau de execução orçamental da receita de 100,4%, incrementado especialmente, devido ao aumento do valor da Derrama e do IMT -Imposto Municipal sobre Transações, o que reflete a forte dinâmica empresarial do nosso Concelho, e que a todos deve orgulhar. -----

Ao contrário do que o partido Socialista apregoa, o aumento de impostos cobrados no concelho e que dependem de decisão do Município, são sobretudo resultantes do aumento da atividade económica do nosso Concelho e não do aumento de taxas praticado. -----

No que diz respeito ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, 17 dos 21 Municípios que compõem o distrito de Santarém aplicam uma taxa urbana superior, com particular relevo para os municípios de maior similaridade neste contexto geográfico, nomeadamente, Tomar com 0,35%, Torres Novas com 0,37% e Abrantes com 0,4%. -----

Relembra-se que o Município de Ourém manteve a sua taxa urbana em 0,31% dentro dos intervalos possíveis entre 0,3% a 0,45%, portanto, praticamente no limite inferior possível, o que significa que este executivo abdica de um acréscimo potencial desta receita próximo dos 3 milhões de euros, se aplicada a taxa máxima. -----



Se fosse este o caminho, que definitivamente não o é, teria o Partido Socialista razão para afirmar “A maior carga fiscal de sempre”, mas que neste caso concreto, esta afirmação apenas poder-se-á aplicar ao último governo central Socialista. -----

- Quanto ao alívio da participação da taxa de IRS que, exceccionalmente, o Partido Socialista propôs aquando da elaboração deste orçamento, contradizendo-se previamente, quando afirmou e cito “A manutenção da taxa de 5% é a que melhora defende a equidade e progressividade fiscal na sociedade” fim de citação, traduz-se num reduzido impacto monetário num cidadão padrão. -----

Deve referir-se também que quanto menor for o rendimento de um contribuinte, menor será a cobrança de IRS, e inclusive um número significativo de agregados familiares não paga IRS. ---

Ora com a possível redução da taxa como o Partido Socialista propunha, ainda com impacto reduzido, basicamente beneficiaria os agregados familiares com rendimentos mais elevados, anulando em parte o efeito prático do IRS, patente no agravamento progressivo das taxas aplicáveis para níveis de rendimento mais elevados. -----

Torna-se assim claro, que os grandes beneficiários de uma possível redução de taxa da componente variável de IRS, beneficiaria uma minoria dos Munícipes de Ourém, no caso, com rendimentos mais elevados. -----

- Quanto à execução orçamental da despesa paga líquida, atingiu cerca de 46 milhões de euros o que representa um grau de execução de 80%, um valor acima dos 76% verificados no ano transato, o que demonstra uma melhoria continua na sua evolução, e que talvez não seja despidendo também a mitigação dos efeitos provocados pelo fim do tempo da Pandemia. -----

Como o Partido Socialista vem repetindo que este executivo apresenta um grau sofrível de cumprimento das despesas, somos obrigados a lembrar mais uma vez, que a média dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação Socialista, foi de 72,6% muito abaixo do cumprimento que este executivo tem alcançado, demonstrando que este executivo tem tentando ultrapassar as dificuldades que a burocracia e os tramites legais impõe, nomeadamente, nos concursos públicos que atrasam o início dos investimentos previstos. -----



O Partido Socialista refere ainda, sucessivamente, e até á exaustão, que o executivo não consegue aplicar as receitas que cobra em despesas de investimentos em benefício dos Ourenses. -----

É falso o conteúdo desta afirmação reiterada tantas vezes pelo Partido Socialista, apesar de outras tantas vezes ter sido explicada e contrariada pelo Partido Social Democrata, bem como pelo Presidente, como facilmente se prova pela execução deste orçamento. -----

Os compromissos assumidos ao nível da despesa são cerca de 98% do valor do orçamento, isto quer dizer que são afetados em despesa corrente e despesa de investimento 98% do total do orçamento. -----

Ainda por outras palavras, isto quer dizer que 98% da despesa do Município está comprometida, tem uma finalidade, tem um projeto de investimento associado, e todos eles estão a ser executados quer seja em fase mais adiantada ou mais incipiente. -----

Aliás, está bem á vista dos Ourenses, os investimentos que estão a decorrer por todo o concelho e que outros seguir-se-ão, conforme espelha este relatório de contas aqui apresentado. -----

- O investimento direto Municipal foi de 16,3 milhões de euros, sendo que o investimento total, direto e indireto, fixou-se em 17,9 milhões de euros, nas mais diversas áreas da Educação, Saúde, Cultura, Desporto e tempos Livres, Habitação e Urbanismo, Freguesias, Defesa e Ambiente, Comunicações e Transportes, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público ou como a Proteção Civil. O total de investimento foi superior em 32% relativo ao ano transato. -----

- O volume de pagamentos em atraso é inexistente, o que certamente permitirá transmitir maior confiança e segurança aos seus fornecedores e parceiros, permitindo, naturalmente, usufruir de preços mais competitivos e reduzir as suas despesas na contratação de bens e serviços. ----

- A dívida a terceiros a 31/12/23 situou-se na ordem dos 7,2 milhões de euros, muito abaixo do limite possível, dispondo o Município de uma folga de 39,4 milhões de euros face ao limite legal previsto. -----



Esta margem na capacidade de endividamento que hoje o Município goza, advém do rigor da gestão das contas publicas e da estratégia que este executivo traçou e cumpre desde o seu primeiro mandato, e que nos deve orgulhar a todos. -----

O contexto político que se vive hoje a nível Nacional e em alguns caso do Poder Local, onde impera populismos irresponsáveis e demagógicos, em que todos querem retirar dividendos políticos e eleitorais a qualquer preço, poderia levar a uma estratégia local de endividamento, ainda que legítima do Município, cujo investimento alavancaria, avolumando ainda maior obra feita, contudo, não é esse o posicionamento do atual Município, e portanto, saúda-se com apreço o sentido de responsabilidade deste executivo, na adoção de uma estratégia pautada pela prudência, equilíbrio e gestão eficiente, não colocando em risco a saúde financeira do Município, apesar do elevado investimento. -----

- É de salutar também uma melhoria dos indicadores de rendibilidade, resultante de um resultado líquido positivo de 3,1 milhões de euros, quando em 2022 foi de 815,8 mil euros, ou seja, uma subida de 2,3 milhões de euros. -----

A este propósito, fazendo uma comparação do Resultados Líquido do exercício desta coligação na gestão do Município dos últimos 6 anos, cujo o valor perfaz cerca de 3 milhões de euros positivos, e que contrasta com cerca de 27 milhões de euros negativos, dos últimos 8 anos de governação Municipal Socialista. -----

- O total de investimentos dos últimos 8 anos de governação Municipal Socialista per fez cerca de 68 milhões de euros, que compara com um total de investimento desta coligação em apenas 6 anos de gestão Municipal, de cerca de 71 milhões de euros, ou seja, esta coligação em 6 anos tem já um volume de investimento no nosso Concelho superior aos 8 anos de governação Socialista. -----

Fazendo um sumário e um balanço da prestação de contas e relatório de gestão do Município, referente ao ano económico de 2023, podemos concluir o seguinte: -----

- Superação do grau de execução orçamental em 100,4% das receitas liquidadas, sem aumento de impostos; -----



- Grau de execução orçamental ao nível da despesa paga e executada de 80% e que contrasta com um grau de execução de 72,6% dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação Socialista; -----

- Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos de 98% do orçamento, ou seja, 98% das receitas geradas pelo Município estão comprometidas a projetos e atividades em prol do desenvolvimento e bem-estar dos Ourenenses, o que desmascara a narrativa do partido socialista, em que afirma que o executivo revela dificuldade em cumprir com os compromissos;

- Nível elevado de investimento não apenas deste exercício, como também dos últimos 6 anos deste executivo, ultrapassando já o nível de investimento dos últimos 8 anos de governação Socialista; -----

- Endividamento e o Passivo corrente do Município continua a ser marginal, tal como o Balanço e Demonstrações de Resultados, indica que as contas do Município respiram boa saúde económico-financeira, afirmações do Partido Socialista. -----

Em conclusão, se o volume de investimento é dos mais elevados de sempre, se o conjunto de resultados e indicadores económico-financeiros são bons, aliás, partilhado pelo Partido Socialista, e como o próprio Presidente de Camara Municipal afirma na sua informação de hoje, “da conjugação de todos estes dados, resulta o melhor resultado alguma vez alcançado por um executivo” fica então a pergunta ao Partido Socialista o que falta nesta prestação de contas para que este as vote favoravelmente? -----

Adivinhando a resposta, talvez o único motivo seja simplesmente porque a execução não é do partido Socialista. -----

Assim a bancada do PSD votará favoravelmente a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2023, não por ser do executivo PSD/CDS, mas sim pelos resultados das políticas publicas desenvolvidas e dos resultados económicos e financeiros alcançados.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “O que poderia dizer ficou expresso nesta última declaração do PSD, que eu acho que diz tudo sobre aquilo que vamos agora votar, especialmente, e permitam-me dizer isso, na comparação do investimento de 6 anos com 8 anos do Partido Socialista, onde já



ultrapassamos esse valor, o que significa que se continuarmos com esta média, chegaremos ao fim deste mandato, comparativamente com números iguais, com mais de 40 milhões de euros a mais, comparativamente aos executivos socialistas. -----

Muito obrigado.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA; 27 VOTOS A FAVOR – 21 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 32 PRESENÇAS** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, representante grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração de voto: “Em relação a este ponto da ordem de trabalhos, gostaria de deixar algumas notas que passo a explicar. -----

A primeira, tem a ver com um facto muito complexo. Independentemente da forma como é apresentada a exposição feita pelo Dr. Fernando Marques, eu pessoalmente aprendo sempre alguma coisa, achando muito útil que venham aqui ser prestados estes esclarecimentos porque, tento sempre estar com alguma atenção, aprendendo alguma coisa. a verdade é que saio sempre daqui com um pouco mais de conhecimento acerca destas questões que são sempre, como disse, complexas. -----

Também dizer que um relatório de gestão e contas é sempre um documento igualmente complexo. Estamos a falar de um relatório com mais de 500 páginas, estamos a falar de uma prestação de contas com mais de 1000 páginas, portanto, tal como o deputado Nuno Baptista costuma dizer, e bem, nós não somos especialistas na matéria, não somos políticos profissionais de profissão e alguma vez haverá um momento em que nos confrontamos com algumas dúvidas. Por isso, retomo a questão inicial, é sempre útil aprendermos com quem sabe mais do que nós. -----



Em relação ao relatório, propriamente dito, dizer que é sempre difícil fazer uma gestão de receitas e despesas. Sabemos sempre que um orçamento é a dificuldade de puxar a “manta” de um lado e ela acaba por destapar o que tiver de destapar do outro lado. -----
 Gerir um orçamento é sempre uma decisão, um processo de escolhas e, portanto, em determinados projetos ou investimentos, há de haver sempre alguém que fica descontente, porque, como digo, a “manta” não chega para tapar tudo, os recursos são escassos. E o MOVE, este ano, reconhece o esforço que o executivo tem tido na apresentação de contas e, portanto, com isto dizer que este ano, excecionalmente, mas enfim, digamos assim, dando um voto de confiança ao executivo, aprovaremos as contas, dando um voto de confiança, esperando que o esforço de investimento, de concretização daquilo que está planeado para o futuro e que está em curso, que possa ser concretizado e que, daqui por um ano, tenhamos resultados como estes, em termos de contas da Câmara Municipal. -----
 Este será o meu sentido de voto, desejando as maiores felicidades daqui para o futuro. -----
 Muito obrigado.” -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSOS PROJETOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35301**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo: -----

- Autorização para iniciar procedimento para contratação de empréstimo de longo prazo, pelo montante de 4.750.000,00 euros (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil euros), pelo



período de 15 anos, nos termos propostos na informação do Chefe Divisão de Gestão Financeira, constante da deliberação camarária, para efeitos do n.º 6, do artigo 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual; -----

- Autorização para a realização dos investimentos referenciados, considerando que o volume da despesa é superior a 10% da despesa de igual natureza no plano plurianual de investimentos, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 33.825/2024, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se transcreve na íntegra: “Novo procedimento para contratualização de empréstimo de longo prazo consignado aos seguintes investimentos: -----

- Construção do Parque Desportivo de Fátima;-----
- Requalificação da Estrada de Minde (2.ª fase);-----
- Rua de Castela (Ourém).-----

---- Considerando que o processo de empréstimo de longo prazo iniciado pela deliberação da assembleia municipal de 20/11/2023, não obteve visto pelo Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia do contrato estabelecido, conforme disposto no Acórdão n.º 11/2024 da 1.ª Secção-SS (em anexo), referente ao processo 512/2024, deverá encetar-se novo procedimento tendente à contratualização do novo empréstimo de longo prazo para igual montante (4.750.000 euros). -----

---- Face ao hiato temporal já decorrido propõe-se que:-----

- a) O investimento afeto a Requalificação Urbana 113- Limite Urbano/B.24/18 (Ourém) seja desenvolvido, exclusivamente, com recursos próprios. Aliás, tal como previsto no início do procedimento em 2023, tendo sido o mesmo, objeto de alteração no processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais para 2024.-----



- b) O investimento afeto à Requalificação da Antiga Escola de Louças – Creche, seja desenvolvido com recurso a financiamento externo consignado no montante de 195.048 euros e a restante componente, apenas com recursos próprios.-----
- c) Seja reformulado o cronograma do empréstimo de longo prazo a utilizar em 2024 e 2025, tendo por referência a previsão da despesa a financiar nesse âmbito, na circunstância a Estrada de Minde (2.ª fase) e a Construção do Parque Desportivo de Fátima.-- -----
- d) Face à exclusão de dois investimentos do recurso ao crédito a contratualizar, deverá ser incluído novo investimento, em concreto, a Requalificação da Rua de Castela (Ourém).

---- Em virtude do disposto nas alíneas anteriores, deverá promover-se:-----

1. Aprovação do início de novo empréstimo de longo prazo no valor de 4.750.000 euros, com uma utilização prevista de 270.000 euros em 2024 e 4.480.000 euros em 2025.
2. Aprovação de uma revisão orçamental, observando o impacto decorrente do novo empréstimo de longo prazo estabelecido, observando ainda a imposição do equilíbrio orçamental que se impõe, bem como do Acordo para a Operacionalização do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recentemente celebrado (8 de abril) entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2021-2027 e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.-----

---- Nestes termos, considerando que os documentos de prestação de contas de 2023 evidenciam que o Município de Ourém dispõe de uma margem de endividamento na ordem dos 39,4 milhões de euros (vide quadro -A), deverá encetar-se uma contratualização de um empréstimo de longo prazo no valor de 4.750.000 euros, conforme a alocação disposta no Quadro – B.-----

----- Quadro – A -----

Designação	Valores (em euros)
Receitas correntes líquidas cobradas - 2020	29 166 535,35
Receitas correntes líquidas cobradas - 2021	30 969 534,01
Receitas correntes líquidas cobradas - 2022	33 167 945,24
Limite da Dívida Total (1,5 x a média aritmética dos 3 últimos anos)	46 652 007,30
Dívida Total apurada em 31/12/2023	8 451 039,22
Exclusão da participação no FAM	0,00
Dívida referente a Operações de Tesouraria (OT)	1 212 151,87



Dívida Total a considerar (exclui o efeito do FAM e OT)	7 238 887,35
Margem face ao limite legal previsto na Lei 73/2013 (a)	39 413 119,95

----- Quadro – B (Alocação do empréstimo ao investimentos a desenvolver) -----

Identificação dos investimentos	Previsão nos Documentos Previsionais			Empréstimo a contratualizar	Previsão de Utilização	
	Investimento previsto	Financiamento externo consignado	Componente Própria		2024	2025
Estrada de Minde (2.ª fase)	2 660 000	0	2 660 000	2 500 000	0	2 500 000
Construção do Parque Desportivo de Fátima	1 900 000	0	1 900 000	1 415 000	270 000	1 145 000
Req. Rua de Castela	1 750 000	0	1 750 000	835 000	0	835 000
TOTAL	6 310 000	0	6 310 000	4 750 000	270 000	4 480 000

---- Neste contexto, considerando que o investimento global associado previsível, nesta fase, situa-se num valor na ordem de 6,3 milhões de euros, ou seja, num volume superior a 10% do investimento previsto para o ano de 2024 em PPI (previsão inicial de 27,2M€), **nos termos do n.º2 do artigo 51.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os investimentos a financiar são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de investimentos, a discussão e autorização prévia da assembleia municipal.** -----

---- Complementarmente, em observância ao disposto no Acordão n.º 11/2024 dada 1º Secção – SS do Tribunal de Contas, propõem-se as seguintes condições a estabelecer no empréstimo a contratualizar, e no respetivo caderno de encargos a submeter à consulta a todas as instituições financeiras com sucursal na área do território do Município de Ourém:-----

- Volume global do empréstimo de longo contratualizar: Até 4.750.000,00€, consignado aos investimentos referenciados no quadro acima exposto, pelos valores afetos aí dispostos;-----
- Período do empréstimo: 15 anos (note-se que nos termos do n.º 7 artigo 51º da Lei73/2013, os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos, sendo de referir que nos termos do CIBE/SNCAP os investimentos associados têm uma vida útil entre 20 e 50 anos) -----
- Prazo para utilização: 2 anos; (cumpre o disposto no n.º 10 do artigo 51º da Lei 73/2013, que na última redação permite um prazo de utilização até 3 anos) -----



- Período de carência/diferimento do início da sua amortização: 2 anos (cumpre o disposto no n.º10 do artigo 51º da Lei 73/2013);-----
- Regime de amortizações: Amortizações trimestrais sucessivas e postecipadas constantes de capital;-----
- Juros indexados à Euribor a 3 meses; -----
- Floor: Com floor zero. -----
- Comissões e outros encargos: não admitidos. -----
- Sem penalização por amortizações antecipadas; -----
- Anexo a preencher pelos concorrentes: -----

----- Anexo – A -----

		Proposta	Observações
Valor do empréstimo	4.750.000,00€		Condição fixa
Período do empréstimo	15 anos		Condição fixa
Período de carência/deferimento	2 anos		Condição fixa
Período de utilização	2 anos		Condição fixa
Indexante da taxa de juro	Euribor a 3 meses		Condição fixa
Floor	Com floor zero		Condição fixa
Spread			
Prestações	Trimestrais, sucessivas e postecipadas, constantes de capital		Condição fixa
Comissões e encargos	Não admitidos		Condição Fixa
Penalizações por amortizações	Sem penalização		Condição Fixa

----- Anexo – B -----

----- Simulação dos encargos financeiros por ano económico, com identificação do valor de amortização do capital e dos demais encargos (juros).-----

----- Conclusões sobre o procedimento a promover: -----

----- Após o período de auscultação ao mercado e efetuada a respetiva análise das propostas, o processo será remetido aos órgãos municipais para deliberação de adjudicação à entidade que apresentar a proposta economicamente mais vantajosa, salientando que, nos termos do n.º 6 do artigo 49º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a contratação de um empréstimo de longo



prazo, por um período de 15 anos, implica que a autorização seja aprovada por maioria absoluta dos membros da assembleia em efetividade de funções, considerando que irá produzir efeitos em mais de dois mandatos. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, eu imagino que seja imensamente complicado, mas isto está a ser recorrente, a questão dos vistos do Tribunal de Contas. No último ano, que me lembre, houve aqui 2 ou 3 questões, esta é a terceira, em 2023 duas e 2024 esta. -----

Uma dúvida técnica, os valores que entram neste empréstimo só podem ser aplicados nas obras indicadas, ou seja, aqueles valores que irão para as obras que estavam no empréstimo que nós aprovamos e que não estão nestes, serão fundos próprios do município que, aparentemente, virão daqueles valores que estavam em caixa ou em depósitos à ordem, aquele valor gigantesco que se fala aqui, confirma-me isso senhor Presidente?” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, expôs o seguinte: “Primeira questão, estes empréstimos, quando são validados, quando são feitos e para efeitos de visto do Tribunal de Contas, têm que dizer a que se referem, tem que estar devidamente identificados os diversos projetos que estão abrangidos para o efeito, só para estes é que isso acontece. Poderá acontecer, no limite, que este valor total possa não ser todo utilizado porque estamos a falar hoje em números de projeto e é bem possível, como tem acontecido, felizmente, que alguns destes projetos depois em concurso, baixem o seu valor e obviamente, nesse caso o valor do empréstimo a utilizar será inferior ao valor que está contratualizado, porque nós hoje não sabemos o que irá acontecer depois do próprio concurso público que irá decorrer. -----

A segunda questão. Sim, nós tínhamos previsto utilizar uma parte do empréstimo na creche e uma parte na 113. Como tivemos que retirar esses valores destes dois processos para que os



dois possam ter seguimento, obviamente que o valor remanescente será assumido pelo orçamento próprio do Município. -----

Dizer que, por exemplo, em relação à creche, este atraso que derivou do Tribunal de Contas, a obra que tínhamos pensado iniciar já em julho só se irá iniciar para setembro ou outubro, o que significa que o esforço municipal este ano será muito igual àquilo que tínhamos previsto, porque a obra derrapa para a frente, portanto, o valor irá ser afeto a este ano, uma parte do orçamento próprio municipal, mas também ao próximo orçamento municipal. -----

Já em relação a 113 isso não acontece porque nós efetivamente tínhamos previsto este ano começar em junho, e penso que temos condições para o fazer, porque o Tribunal de Contas está à espera apenas desta resposta e ela será remetida logo após a realização desta Assembleia Municipal. O valor que tínhamos era o valor contando com o empréstimo, cerca de um milhão de euros grosso modo, e esse valor, obviamente, temos que o ir buscar ao orçamento municipal. Pergunta-me como é que compensamos essa situação? Tivemos que alocar mais algumas receitas de fundos comunitários que não estavam alocados porque, na altura, não sabíamos ainda com que fundos comunitários iríamos contar para 2030 e agora, já depois da aprovação numa das últimas segundas-feiras na Comunidade Intermunicipal, sabemos quais são os valores certos que iremos ter de fundos comunitários e, portanto, isso também foi alocado a este orçamento e reduzimos aqui alguns valores de investimentos que tínhamos previsto iniciar este ano e que só iremos iniciar no próximo ano. A título de exemplo, também poderíamos ter alocado aqui duas grandes intervenções que temos previsto iniciar ainda este ano, nomeadamente, uma que será aqui apreciada daqui a pouco que será em Rio de Couros, cerca de um milhão de euros e uma que está a concurso e que iremos abrir as propostas nos próximos tempos, que é a intervenção nas Matas. Pensamos nisso, mas se alocássemos estes valores do empréstimo a essas duas empreitadas as mesmas não podiam ser lançadas, uma delas, Rio de Couros, antes da aprovação do empréstimo e esta das Matas tinha que ser anulada para repormos e voltarmos a lançar após a aprovação do empréstimo. Portanto, também temos que acautelar essa situação e foi preciso uma grande ginástica orçamental para conseguirmos acomodar estes valores ao orçamento de 2024. -----

Muito obrigado.” -----



----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – ANOS ECONÓMICOS DE 2024 E 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35309**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da segunda revisão orçamental, para o ano económico de 2024, com impacto também no ano económico de 2025, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 33.827/2024, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se reproduz na íntegra: **“1. 2.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2024 (com impacto em 2025)**

---- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo, tendo como referência a informação n.º 13/2024/DGF/583, efetuada na sequência do Acórdão n.º 11/2024 da 1.ª Secção -SS do Tribunal de Contas e nos termos do ponto 8.3.1 -Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, propõe-se a aprovação da 2.ª Revisão Orçamental 2024, onde se observa: -----

- Orçamento da Receita -----
 - Diminuição da receita prevista na classificação económica 12.06.02 no montante de 1.880.000 euros (impacto da alteração do empréstimo a contratualizar);-----



- Aumento da receita prevista na classificação 10.03.07 – Estado Fundos Comunitários projetos c-financiados, em 390 mil euros, no ano de 2024, considerando o Acordo para Operacionalização do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial estabelecido em 8 de abril, pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2021/2027 e a Comunidade Intermunicipal, na qual se estabelecem novas receitas consignadas, não previstas em orçamento, que visam financiar despesas de investimento já contratualizadas, algumas já integralmente realizadas e uma em fase de conclusão no ano em curso:-----
 - Ciclovia na Rua Dr. Neves Eliseu e Rua Dr. Francisco Sá Carneiro: 127 mil euros para uma despesa já realizada; -----
 - Ciclovia no Parque da Cidade -Dr. António Teixeira: 75 mil euros para uma despesa já realizada;-----
 - Reabilitação da Av. D. Nuno Álvares Pereira – 2.ª fase (Troço entre a Rotunda dos Álamos e a Rotunda das Freguesias): Previsto em orçamento uma receita consignada de 780 mil euros, estabelecendo o acordo referenciado um montante de 968 mil euros, ou seja, havendo uma receita adicional de 188 mil euros, face à inicialmente prevista. -----
 - (Face ao disposto no acordo, resulta num aumento destas receitas em 390 mil euros). -----
- Reforço da receita prevista na classificação económica 12.06.02, no montante de 2.600.000 euros, no ano de 2025 (impacto da alteração do empréstimo a contratualizar);-----
- Em suma, o orçamento da receita em 2024 tramita para um valor global de 63.630.550 euros em 2024. -----
- Em suma, o orçamento da receita em 2025 tramita para um valor global de 65.832.750 euros.-----
- Orçamento das Grandes Opções do Plano -----



- Anulação de verba prevista no projeto 01/001-2023/154 – Requalificação da Antiga Escola das Louças para Creche, no valor de 640.000 euros em 2024 e reforço da verba prevista nesse mesmo projeto em 2025, no valor de 375.000 euros;-----
 - Anulação da verba prevista no projeto 09/001-2011/174-4-11 Beneficiação da EN 360 (Zona limítrofe com Alcanena – 2.ª fase, no valor de 640.000 euros em 2024 e reforço da verba prevista nessa mesma ação do referido projeto em 1.410.000 euros em 2025;-----
 - Reforço da verba prevista no projeto 02/002-2022/161 – Construção do Parque Desportivo de Fátima, no valor de 95 mil euros, em 2025. -----
 - Orçamento da Despesa (impacto das alterações induzidas nas Grandes Opções do Plano) -----
 - Anulação do Orçamento Global da Despesa em 1.490.000 euros em 2024; -----
 - Reforço do Orçamento Global da Despesa em 1.880.000 euros em 2025. -----
- Na 2.ª proposta de revisão orçamental ano económico de 2024, consta: -----
- 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita – Ano económico de 2023 (Anexo – A); -----
 - 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa – Ano económico de 2022 (Anexo– B); -----
 - 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2024/2028 (Anexo – C); -----
- **Aprovação**-----
- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----
- À consideração superior,” -----
- (Aprovado em minuta)” -----
- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----
- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----
- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –



----- Neste momento, voltou à sala, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P232/2023 – ACORDO QUADRO DE ELETRICIDADE DA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (BTN-IP/BTE/MT), DURANTE 12 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 21266**, datado de **2024.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- LOTE 1 – Baixa tensão normal e iluminação pública (BTN-IP) -----

----- Ano 2024 – 23.523,75 euros -----

----- Ano 2025 – 7.840,02 euros -----

----- LOTE 2 – Baixa tensão especial (BTE) -----

----- Ano 2024 – 204.873,50 euros -----

----- Ano 2025 – 68.289,95 euros -----

----- LOTE 3 – Baixa tensão especial (BTE) -----

----- Ano 2024 – 386.779,75 euros -----

----- Ano 2025 – 95.592,35 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 15 de janeiro findo, na presença do Convite e do Caderno de encargos para o procedimento acima referenciado, a Câmara deliberou autorizar a despesa e sua contratação, através do procedimento de Acordo



quadro da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nos termos do artigo 259.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovar os preços base então apresentados para cada lote e ainda aprovar os referidos documentos. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com uma informação, datada de 26 também do mês findo, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior, pelos motivos descritos, a redefinição do cronograma financeiro, que prevê a repartição dos respetivos encargos, pelos anos económicos de 2024 e 2025, conforme a seguir se especificam: -----

- Lote 1 – Baixa Tensão Normal e Iluminação Pública (BTN-IP) – 23.523,75€ para 2024 e 7.840,02€ para 2025; -----
- Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) – 204.873,50€ para 2024 e 68.289,95€ para 2025; -----
- Lote 3 – Média Tensão (MT) – 386.779,75€ para 2024 e 95.592,35€ para 2025. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Uma questão rápida, já aflorámos isto na reunião de líderes. -----

É um acordo da CIMT, mas não se percebe, com os valores atuais da eletricidade, do mercado indexado, como é que a CIMT não utiliza isso, sendo legalmente previsto. Os valores que vi de poupança, estamos a falar de milhões.” -----

----- O senhor Presidente a Câmara Municipal deu a palavra à senhora VICE-PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL a fim de prestar os devidos esclarecimentos: “Na Baixa Tensão estamos no mercado regulado. Quanto aos valores que aqui estão, nós para passarmos para o mercado regulado é obrigatório estarmos, pelo menos três meses, no outro mercado. A Média e a BTE têm de ir por este valor.” -----

----- Solicitado novamente a palavra, o membro da AMO, Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira, referiu o seguinte: “Existe o mercado regulado, mas também existe o mercado



indexado, há uns anos para cá, e tem valores historicamente baixos. Estamos a falar de poupanças gigantes e a lei já permite que os municípios possam aderir a esse mercado. Os estudos que vi na semana passada, já falei disto ao senhor Presidente de Câmara, falavam em poupanças de milhões.” -----

----- Em resposta, a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal referiu o seguinte: “Não sei se o Dr. Frenando Marques consegue explicar melhor, mas fazemos conforme o Acordo Quadro, sendo que os outros não. Contudo posso também saber mais pormenores.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA AMO disse que a questão seria tratada, sendo depois dados os esclarecimentos devidos. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P039/2024 – CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A INSTALAÇÃO DE 12 PONTOS DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO NO CONCELHO DE OURÉM -

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25276**, datado de **2024.03.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.04, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria citada em epígrafe, nos termos da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da informação registada sob o n.º 3391/2024, da **Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e**



Expediente, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 26 de fevereiro findo, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, a contratar em três lotes, devidamente identificados nos anexos I e II do caderno de encargos, pelo prazo de execução de oito anos, prorrogável por dois anos e pelo valor equivalente à percentagem do preço arrecadado pelo operador de pontos de carregamento, junto do comercializador de energia elétrica, em regime de mercado, num valor base mínimo de 2%. Dá ainda conta de que a concessão fica sujeita ao pagamento das taxas de utilização privativa de domínio público, por ano e por metro quadrado, conforme previsto no artigo 8.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 27 de fevereiro findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando que deverá o órgão deliberativo pronunciar-se, dado tratar-se da concessão de espaços do domínio público. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente da Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do senhor Presidente desta Assembleia -----

Aproveito este momento para falar sobre este posto. O local onde vai ficar permite resolver um problema. Vai ficar mais do que um problema resolvido, nomeadamente aquele canto do jardim que, na minha opinião, não servia para grande coisa ou era pouco utilizado, por vezes até com mau uso. -----

Aproveito este momento também para, no que toca ao novo parque de estacionamento, pensar futuramente na colocação também de um segundo posto de carregamento, seria interessante nesse parque. -----

É só, obrigado.” -----



----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P059/2024 – AQUISIÇÃO EM REGIME DE ALUGUER, POR 36 MESES, DE 22 IMPRESSORAS/FOTOCOPIADORAS MULTIFUNÇÕES PARA OS 3 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO DE OURÉM E RESPECTIVAS IMPRESSÕES (110191/2023) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35198**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 41.576,74 euros -----

----- Ano 2025 – 62.426,62 euros -----

----- Ano 2026 – 62.402,03 euros -----

----- Ano 2027 – 30.640,61 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 110.191/2023, da **Divisão de Recursos Humanos e Informática**, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para efeitos do designado em título, instruídos com uma informação, datada de 03 de abril corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 160.200,00€, acrescido de IVA à taxa legal em



vigor e pelo prazo de 36 meses e a referir que no final do contrato, os equipamentos reverterem para este município. Mais refere, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em valores praticados no mercado e confirmados com outros municípios com soluções idênticas. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 04 também do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P064/2024 – CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E REABILITAÇÃO DA PONTE 164 – RIO DE COUROS (LOTE 1 – REDE VIÁRIA/ LOTE 2 – CASA DOS CANTONEIROS) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35266**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Lote 1 – Rede Viária: -----

----- Ano 2024 – 104.311,10 euros -----

----- Ano 2025 – 938.799,93 euros -----



----- Lote 2 – Casa dos Cantoneiros -----
 ----- Ano 2024 – 5.622,64 euros -----
 ----- Ano 2025 – 50.603,79 euros -----
 ----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----
 ----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento das propostas de realização de despesa da **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos** – anexas ao processo registado sob o n.º 7828/2021 – foram apresentados os projetos de execução (compostos por memórias descritivas e justificativas, mapas de trabalhos, peças desenhadas, Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, Planos de Segurança e Saúde e estimativas orçamentais, nos valores de 984.067,01€ + IVA para o Lote 1 e de 53.043,80€ + IVA para o Lote 2), o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 04 de abril corrente, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelos referidos preços base e pelos prazos de 300 dias para o Lote 1 e de 120 dias para o Lote 2 e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação dos preços resultou de custos médios unitários de procedimentos anteriores similares. -----
 ---- Do processo faz ainda parte uma informação, datada também de 04 do mês em curso, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas e a salientar a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, com o seguinte cronograma financeiro: Lote 1: Ano 2024 – 104.311,10€ e ano 2025 – 938.799,93€; -----
 Lote 2: Ano 2024 – 5.622,64€ e ano 2025 – 50.603,79€; -----
 ---- (Aprovado em minuta) -----
 ----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----



= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, Presidente União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “É com enorme satisfação que uma obra muito importante e direi estruturante para Rio de Couros, finalmente é anunciada, o início do procedimento para a realização da empreitada da construção de passeios na estrada EM356, o alargamento do pontão e a reabilitação da casa dos Cantoneiros. -----

A estrada EM356 é uma via estruturante para o Município, visto ser a única ligação rodoviária que liga a sede do Concelho à a zona norte. Com a ativação do parque empresarial da Freixianda, esta estrada ainda se torna mais relevante. O fluxo de viaturas é intenso, o que justifica a execução de passeios, melhorando assim a segurança de peões e viaturas, neste aglomerado populacional, onde existem vários serviços. O pavimento está muito degradado devido às recentes obras de saneamento. O alargamento do pontão também vem retirar um obstáculo no cruzamento de viaturas, visto este não permitir a passagem de 2 viaturas em simultâneo. -----

A casa dos Cantoneiros é um edifício emblemático para Rio de Couros, visto retratar uma época onde estas casas serviam de residência aos trabalhadores denominados “cantoneiros”. Quero mais uma vez congratular-me pelo fato de este desejo enquanto autarca estar a ser cumprido. -----

Também em meu nome e de todos os fregueses, agradecer o esforço e a visão do Executivo Municipal, no sentido de tornar o território Municipal, mais desenvolvido e assim tornar o futuro do Concelho mais próspero para aqueles que aqui vivem e para os vindouros.” -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, expôs o seguinte: “Ora boa tarde novamente -----

No que refere a este ponto, fico satisfeito e, claro, contente de ver a União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos com esta situação resolvida. É uma situação que nos preocupa já há muito tempo. Eu, como utilizador daquela via, também passava lá com frequência, fico satisfeito com esta resolução. -----

Há pouco, o senhor Presidente da Câmara falava na ponte da Abadia, em Caxarias, seria possível informar sobre o ponto de situação? Sei que já foram feitos alguns estudos e que o



processo já está em andamento, pelo menos numa fase embrionária. Gostaria de saber o ponto de situação, se fosse possível. -----

Obrigado.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Esclarecendo o senhor Presidente de Caxarias, aproveito para lhe dizer também, já aqui colocou a questão numa das últimas assembleias municipais, que a estrada da Pontriqueira, que liga Caxarias a Rio de Couros, e que já aqui foi falada nesta Assembleia, pelo menos há 12 anos que estava a ser feita, mas que continua igual, já está adjudicada. Falta agora documentação, mas penso que é bem possível que possa ser executada ainda antes do verão. -----

Em relação à ponte de Caxarias, é óbvio que nos preocupa a todos o troço entre a zona industrial de Ourém e Caxarias, é talvez o troço da 356 que terá maior movimento. Mas, como deve calcular, o projeto para aquela requalificação não é muito fácil, nomeadamente naquela zona da Abadia, onde não é possível alargar. Por isso nós, a senhora Vice-Presidente e a Divisão de projetos técnicos, estamos a estudar essa possibilidade. Estamos a trabalhar nela, ainda numa fase embrionária, e obviamente será nessa altura que a solução da ponte também será resolvida. Parece-nos a nós que fará sentido fazermos tudo em conjunto porque nem sei se a estrada poderá ter aquele sentido ou poderá ter que ser deslocalizada. Temos que aguardar para perceber qual será a melhor solução. É uma questão que nos preocupa a todos, porque é uma estrada com muito movimento e que reconhecemos, não está nas melhores condições, não só em termos de plataformas, como também em termos de largura e isso obviamente, tem que ser bem ponderado. -----

Muito obrigado.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.11 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P058/2024 – FORNECIMENTO DE MATÉRIA PRIMA E SERVIÇOS PARA AS REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2024-2025 (11641/2024)

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35193**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Lote 1 – Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar – 1.306.488,14 euros (um milhão, trezentos e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e catorze cêntimos):

----- Ano 2024 – 496.712,74 euros -----

----- Ano 2025 – 809.775,40 euros -----

----- Lote 2 – Fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – 368.860,25 euros (trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta euros e vinte e cinco cêntimos): -----

----- Ano 2024 – 129.893,50 euros -----

----- Ano 2025 – 238.966,75 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 11.641/2024, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, instruído com o Programa de Procedimento, o Caderno de Encargos para efeitos do designado em epígrafe e com uma informação, datada de 02 de abril em curso, também daquele serviço, a propor a escolha do procedimento de concurso público, por lotes, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base total de 1.482.609,20€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para o ano letivo 2024/2025, referindo, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado, para procedimento anterior da mesma natureza. -----



---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 02 do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONFEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2024/2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35279**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 383.911,85 euros -----

----- Ano 2025 – 654.908,45 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 21.209/2024, da **Divisão de Educação**, a dar conta de que o valor a contratualizar com as entidades prestadoras do serviço de confeção e acompanhamento de refeições escolares às crianças do pré-escolar e aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, integradas



nos estabelecimentos de ensino deste Concelho, é de 1.038.820,30€, para o ano letivo de 2024/2025. -----

---- O processo encontra-se instruído com as propostas de contratos, a celebrar com as entidades prestadoras dos referidos serviços. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 01 de abril em curso, a dar conta de que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE FREIXIANDA – ALIENAÇÃO DE LOTES – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35167**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria acima citada, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 15 de janeiro último, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicada em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicada na 2.ª Série – N.º 28, do **Diário da República**, no dia 08 de fevereiro de 2024, a referida proposta de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 25 de março findo. ----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 3531/2024, para apreciação, considerando que não foram apresentados quaisquer contributos durante aquele período. -----

---- O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para explicitar brevemente o regulamento em análise. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe campos Catarino -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTAS DE “REGULAMENTO GERAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, S.A.” E DE “REGULAMENTO GERAL DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DA TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, S.A.” – VERSÕES FINAIS -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32336**, datado de **2024.04.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.01, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria acima citada, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 17 de julho de 2023, a Câmara deliberou submeter as propostas de regulamentos indicados em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicadas na 2.ª Série – N.º 165, do **Diário da República**, no dia 25 de agosto de 2023, as referidas propostas de regulamentos estiveram a consulta pública até ao dia 09 de outubro de 2023. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado da informação registada sob o n.º 25.611/2024, da **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a propor a aprovação das versões finais dos citados regulamentos, considerando os seguintes pareceres:-----

- ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;-----
- Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, S.A.;-----
- Serviço de Ação Social e Saúde. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –



----- Neste momento, voltou à sala, o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA E DO PREÇO DE EXECUÇÃO DE OBRAS E DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PARA 2024 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35289**, datado de **2024.04.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.11, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 24.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 18 de dezembro de 2023, na presença da proposta de atualização do tarifário referido em assunto, então remetida pela **Be Water, S.A.**, a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2024, a Câmara deliberou suspender a sua aplicação e remeter o processo ao Gabinete de Apoio à Presidência para agendar reunião com a concessionária, a fim de analisar as referidas tarifas. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo instruído com os seguintes documentos:-----

- Carta registada sob o n.º 29.963/2024, da **Be Water, S.A.**, com delegação na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 66 D, Loja A, nesta Cidade, a remeter nova proposta de tarifário de venda de água, a aplicar a partir de 01 de maio próximo; -----
- Informação n.º 11/2024, de 03 de abril em curso, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que seguidamente se reproduz na íntegra: “Na sequência de solicitação do aumento do tarifário de venda de água a implementar em 2024, resultando da aplicação de da fórmula de atualização prevista em contrato, conforme deliberação do órgão



executivo de 18 de dezembro, foram promovidas reuniões para apuramento de eventuais propostas alternativas a desenvolver, tendo como premissa uma atualização do tarifário mais moderada e conseqüentemente, menos oneroso para os cidadãos. -

---- Neste contexto, surge a proposta identificada em anexo que se reporta: -----

- Revisão da fórmula de atualização do tarifário -----

---- Efetivamente, o artigo 61.º do contrato de concessão reporta que se em algum dos índices constantes da fórmula de revisão de preços se verificar uma variação superior a 20% sobre o valor considerado no início do contrato, a fórmula de atualização do tarifário poderá ser revista com o objetivo de adaptar à nova estrutura de custos. -----

---- Ora, essa mesma circunstância verifica-se na generalidade dos índices aplicáveis, pelo que a revisão da nova fórmula se constitui como uma necessidade. -----

---- Deste modo, salvo melhor opinião, deverá ser admitida a revisão à fórmula, conforme disposta, adaptada à atual estrutura de custos e da qual resulta um aumento do tarifário de venda de água para 2024 de 5,9%. (valor substancialmente inferior ao que resultaria da aplicação da fórmula inicial, já manifestamente desajustada)-----

- Assunção do impacto de redução em 1% da tarifa de venda de água -----

---- Neste âmbito, pretendendo o Município de Ourém que o aumento tarifário da venda de água para 2024, não exceda os 4,9%, terá a autarquia que suportar o impacto decorrente do diferencial entre o valor entendido como máximo admissível e o montante resultante da aplicação da fórmula revista (5,9%), ou seja, acomodar o impacto de 1%.-----

---- Face ao disposto, será admissível acomodar o impacto com uma faturação da Bewater ao Município de Ourém, salientando que, em fase prévia, à respetiva faturação, a concessionária deverá apresentar comprovativos dos cálculos para análise, aprovação e necessário enquadramento orçamental e financeiro, com posterior aprovação pelo órgão competente, circunstância fundamental para que possa ser admitido o documento de despesa associado.

---- Respeitando o princípio da não compensação, poderão as duas partes efetuar “encontro de contas” entre os créditos e os débitos existentes entre ambos. -----

---- Na circunstância do valor apurado de compensação superar em montante significativo o valor da renda de concessão anual estabelecida, poderá o Município regularizar parte do valor



da compensação através da diminuição em igual montante, o volume de investimento a realizar pela concessionária no âmbito do Plano de investimento da concessão.-----

---- Em suma, será admissível o disposto no acordo a estabelecer entre as partes, devendo originar uma adenda ao contrato (após aprovação pelo órgão competente- órgão deliberativo), salientando que o impacto decorrente do impacto de 1% admissível acomodar pelo Município, será apurado no final de cada ano, tendo por referência os consumos observados. -----

---- À consideração superior,”; -----

- Informação registada sob o n.º 31.466/2024, da **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, que de igual modo se reproduz na íntegra: “**1. Enquadramento** --

---- No registo n.º 108955/2023 decorreu a tramitação do pedido de atualização do tarifário do serviço de abastecimento de água para o ano de 2024, tendo sido elaborada a informação interna da DAS, do registo n.º 109134/2024. Nesta informação foi possível verificar que a fórmula de revisão de preços do contrato de concessão iria provocar um aumento da venda de água de 9,96%, para o ano de 2024.-----

---- O processo foi analisado em reunião de CMO de 18 de dezembro de 2023, registo 108955/2023 (anexo 1), onde “*A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, REMETER O PROCESSO AO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA PARA AGENDAR REUNIÃO COM REPRESENTANTE DA BE WATER, S.A., A FIM DE ANALISAR A PROPOSTA APRESENTADA E DETERMINAR A SUSPENSÃO DA ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO.*” ---

---- Na sequência da deliberação de Câmara foram feitas reuniões com a empresa concessionária, tendo esta enviado um ofício, no registo 29963/2024, com a seguinte proposta:

- a) Atualizar o preço de venda de água em 4,9% para o ano de 2024, cujo aumento resulta de um ajuste da fórmula de revisão de preços para 5,9%, menos o impacto de 1% (CMO); -----
- b) A CMO assumir o impacto de 1% da redução do valor da atualização, bem como o impacto da falta de atualização dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril.-----

2. Análise de Proposta de Be Water-----

---- A proposta em apreciação tem enquadramento na alínea c), do artigo 61.º “*Atualização do Preço Fixo e da Tarifa Base*”, do contrato de concessão, que prevê a possibilidade de rever a



fórmula de revisão de preços, com o objetivo de a readaptar à estrutura de custos, sempre que se verifique um aumento de índices superior a 20%, facto verificado no cálculo da atualização do tarifário de 2024. -----

---- Existindo esta possibilidade contratual, a Be Water analisou a sua estrutura de custos atual, tendo readaptado a fórmula de revisão de preços à mesma, surgindo uma nova proposta de fórmula de revisão de preços contratual, que originou um aumento do tarifário de 5,9%. -----

---- No entanto, como o aumento máximo desejável era de 4,9%, a Be Water apresentou também uma proposta de acordo, para ser possível alcançar esse desiderato, através de mecanismos de compensação financeira, de encontro de contas, dentro do âmbito do contrato de concessão. A compensação financeira também deverá incidir sobre a perda de receita dos primeiros 4 meses do ano de 2024, em que não existiu a atualização do tarifário. -----

---- Tendo em consideração os pressupostos referidos nos parágrafos anteriores e tendo a proposta obtido parecer favorável da Divisão de Gestão Financeira (ver informação interna n.º 11/2024/DGF/583, anexo 1, do registo n.º 29963/2024), apresentam-se os seguintes aumentos tarifários para o ano de 2024: -----

- Tarifário de Venda de Água (acordo entre as partes) – **Aumento: 4,90%**; -----
- Tarifário de Serviços Prestados (artigo 65.º, cálculos na informação inicial da DAS, do registo n.º 109134/2024) – Ct. 2.1788 – **Diminuição: - 0,31%**.-----

---- As atualizações tarifárias dão origem aos seguintes valores das tabelas: -----

Tabela 1: Tarifário Maio de 2024

Tarifa variável	Tarifário 2024 (€)
	Base 30 dias
Utilizadores domésticos	
1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9018
2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,3528
3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,7055
4º Escalão - mais de 25 m ³	5,4110
Utilizadores domésticos especiais ⁽ⁱ⁾	
- Sociais	
1º Escalão - 0 a 15 m ³	0,9018
2º Escalão - 16 a 25 m ³	2,7055
3º Escalão - mais de 25 m ³	5,4110
- Famílias Numerosas	
1º Escalão - 0 a 11 m ³	0,9018
2º Escalão - 12 a 15 m ³	1,3528
3º Escalão - 16 a 25 m ³	2,7055
4º Escalão - mais de 25 m ³	5,4110
- Roturas na rede predial ⁽ⁱⁱ⁾	



1º Escalão - 0 a 5 m ³	0,9018
2º Escalão - 6 a 15 m ³	1,3528
3º Escalão - mais de 15 m ³	2,7055
Utilizadores não domésticos	2,7055
Utilizadores não domésticos - Sociais ⁽ⁱ⁾	1,3528
CM Leiria (iii)	0,6580

Tarifa de Disponibilidade	<i>Base 30 dias</i>
Utilizadores domésticos	
≤ 25mm	6,8306
> 25mm	13,6611
Utilizadores domésticos sociais ⁽ⁱ⁾	Isento
Utilizadores não domésticos	
≤ 20 mm	13,6611
> 20mm e ≤ 30 mm	36,6119
> 30mm e ≤ 50mm	76,8849
> 50mm	115,3275
Utilizadores não domésticos - Sociais ⁽ⁱ⁾	
≤ 20 mm	6,8306
> 20mm e ≤ 30 mm	36,6119
> 30mm e ≤ 50mm	76,8849
> 50mm	115,3275

Nota:

(i) Nos termos do artigo 61.º-A do Aditamento 2 do Contrato de Concessão.

(ii) A aplicar nas situações de comprovada rotura na rede predial, que não resultem de negligência e/ou de manutenção insuficiente e carece de verificação técnica da Entidade Gestora, antes ou durante a reparação da rotura. Limita-se a uma aplicação anual com um intervalo mínimo de 365 dias.

(iii) – Nos termos do artigo 11.º do Contrato de Concessão e do protocolo para o abastecimento de água a povoações do concelho de Leiria, a partir do concelho de Ourém assinado entre o Município de Ourém e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, em 23 de maio de 1996.

Outros serviços	Tarifário 2024 (€)
Mudança de contador	17,39
Ramais domiciliários até 20 ml ⁽ⁱ⁾	0,00
Restabelecimento	13,04
Reaferição ⁽ⁱⁱ⁾	38,04
Ensaio das canalizações	
- Até 6 dispositivos	10,87
- De 6 a 20 dispositivos	19,56
- Mais de 20 dispositivos	32,60

Nota:

(i) Para extensões superiores, mediante orçamento, nos termos do artigo 27.º do Contrato de Concessão.

(ii) Acrescem os custos de aferição e respetivos envios, cobrados por entidades externas, caso não se verifique a deficiência do contador.

---- A nível contratual, o acordo subjacente à atualização do tarifário de venda de água para o ano de 2024 terá de ser, posteriormente, vertido no contrato de concessão, através da incorporação das regras na proposta de 2.º Aditamento ao Contrato, em curso (alterações decorrentes da decisão do Tribunal Arbitral). -----



---- A proposta de 2.º Aditamento referida está em fase de resposta a pedido de elementos da ERSAR, uma vez que antes da aprovação do 2.º Aditamento pela Assembleia Municipal é necessário submeter a parecer da ERSAR, nos termos da alínea c), do artigo 11.º, do DL n.º 194/2009, de 20 de agosto.-----

4. Conclusão -----

---- Face ao referido, solicita-se:-----

1. A aprovação do tarifário do serviço de abastecimento público de água para 2024, constante da tabela 1, a vigorar a partir de 1 de maio de 2024, que teve parecer favorável da DGF; -----
2. Autorização para incorporar a atualização na proposta de 2.º Aditamento ao contrato de concessão, em curso. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, nós percebemos claramente o esforço na negociação e, por esse motivo, vamos votar favoravelmente este ponto. -----

O problema original está no contrato original. Houve uma negociação em 2015, uma renegociação, mas o problema original vem daí, dessa ruínosa parceria público-privada ou qualquer coisa que o valha, com os números extrapolados de crescimento populacional. Ou seja, os valores que lá estavam de crescimento populacional no acordo original, que depois deram à BeWater, a capacidade de pedir um aumento mais 90% em 2015. Os valores originais, na nossa opinião, foram o valor inicial disso e tudo isso nos levou a que tenhamos a água mais cara da região. -----

Voltando a dizer que percebemos a questão da renegociação e vamos votar favoravelmente, a nossa questão é, como é que vamos explicar à população, tendo a água mais cara da região, que ainda vamos aumentar mais? Sabendo que o custo de 1% que é assumido pelo Município é de 150.000 euros, pergunto ao senhor Presidente se não era possível ter feito um esforço



maior neste ano. Tendo em conta a taxa de inflação, taxas de juros elevadíssimas, e o facto de muito deste consumo são consumos privados, consumos domésticos. As pessoas estão exacerbadas de despesas, pergunto, não seria possível, legalmente e financeiramente, que o apoio do Município, neste ano excepcional de aumento, fosse maior?” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Sobre a atualização do tarifário da venda de água, é importante dizer mais uma vez que a bancada do Partido Social Democrata, em diversas ocasiões e órgãos, manifestou a sua profunda oposição à decisão do Tribunal Arbitral relativamente à renegociação do contrato com a entidade BeWater em 2015, altura em que o Município era presidido pelo Partido Socialista. Esse acordo, no nosso ponto de vista, não defendeu o interesse público dos ourensenses, porque numa assentada, viu o custo da água subir exponencialmente, recorde-se, 58%, e o contrário, no que toca aos valores de investimento a realizar pela concessionária até ao fim do contrato, acumulando uma redução na ordem dos 6.400.000 EUR a preços constantes de 2012. -----

É devido a esse mau acordo feito pelo PS que hoje somos confrontados com o presente processo e, conforme todos perceberam, onde constava uma proposta inicial da atualização do tarifário de água, segundo a forma definida nessa renegociação de contrato de 2015, de um aumento de 9,9% para este ano, acima dos 20%, obrigando desta maneira a uma revisão deste cálculo. As negociações com a concessionária neste ponto foram alcançadas e foram positivas face à primeira proposta apresentada. Contudo, o resultado dessa nova aplicação, que perfazia ainda um aumento de 5,9% do tarifário, o posicionamento do executivo municipal foi sempre intransigente, exigindo que o aumento a refletir aos consumidores não poderia ser superior ao aumento verificado no âmbito da atualização do tarifário pela Tejo Ambiente, que fixou nos 4,9% por uma questão de coerência e equidade das situações. -----

O resultado final conhecido é bem revelador do espírito lutador deste executivo na defesa do interesse público, conseguindo que o aumento dos ourensenses não fosse superior aos 4,9%, garantindo que o restante 1% dessa avaliação fosse assumido pelo esforço municipal, que se estima no valor de 150.000 EUR. E muito importante para nós, não comprometendo qualquer



valor relativamente ao plano de investimentos até ao final do contrato, o que nos apraz também registar. -----

Deste périplo negocial, congratulamos o executivo pelo empenho e o trabalho demonstrado, revelando, uma vez mais, que a última razão da ação política do executivo é o bem-estar das pessoas, promovendo a defesa do interesse público, não estando subjugado a qualquer outro interesse que não seja o coletivo.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, referiu o seguinte: “Convém aqui dizer e também fazer aqui um pouco a retrospectiva de todo este processo. É verdade, como aqui foi dito, o contrato que foi assinado, há 30 anos atrás, previa que o Município, neste momento, tivesse cerca de 65.000 habitantes e, obviamente, que se isso acontecesse os consumos de água seriam muito superiores aos que são hoje. Foi por isso que levou a que, em 2015, tivesse que haver uma renegociação do contrato e que levou a que o então executivo tivesse anuído que o aumento da água no concelho de Ourém tivesse sido de cerca de 55%. Em 2015, eventualmente poderia ter sido ponderada a possibilidade ou da rescisão ou de uma renegociação diferente do contrato, o que não aconteceu, levando-nos até aqui. Este aumento fez-nos distanciar em termos de preço da água, comparativamente aos outros municípios. -----

Também é verdade e permita-me que o diga, houve um acordo que foi feito entre a concessionária e o município que previu que deveria haver esta renegociação do contrato. Só que o contrato inicial dizia que, sempre que houvesse um desvio para mais ou para menos, igual ou superior a 10%, o contrato teria que ser revisto. Imaginemos que neste caso, o desvio era desfavorável à BeWater, e, portanto, teve que ver esta resolução. Se fosse favorável à BeWater, também teria que haver esta renegociação. -----

Não sou jurista, mas na época, segundo os serviços municipais, até 10%, o valor do desvio teria que ser sempre acomodado ou pela concessionária ou pelo Município consoante o caso. Ora, o que aconteceu, nesta renegociação, é que o valor dos 55% foram calculados, sem contar com este desvio. Ou seja, imaginemos, havia um desvio de 40% entre o valor da concessão inicial e o valor que se estava a verificar em 2015, o valor calculado não deveria ser os 40%, mas apenas e só 30%, porque os 10% teriam que ser automaticamente acomodados



pela concessionária porque era o que estava no contrato. E o que aconteceu na renegociação é que o Município assumiu os 40% do desvio. Isto é relevante porque representa milhões a mais de receita da concessionária em relação a toda a concessão e, portanto, isto foi em 2015, não estávamos cá. O contrato foi feito com certeza, com a melhor das intenções, a renegociação, mas, na nossa opinião, não defendeu o interesse dos munícipes e por isso houve este aumento de 55% na água de todos nós. Dizer que temos a água mais cara, muito por conta deste aditamento, mas também dizer que a qualidade do serviço que é prestado hoje em Ourém é, incomparavelmente, superior àquilo que é praticado nos outros 5 municípios da Tejo Ambiente. Hoje tenho pleno conhecimento dessa situação. Hoje, os investimentos que estamos a fazer nesses 5 municípios na área da água, na área da eficiência hídrica é o que está aqui feito há mais de 10 anos. Só para termos um exemplo, nós em Ourém temos uma perda de água cerca de 17-18 por cento, fruto do investimento que tem vindo a ser feito nas redes e muito mais haveria para fazer, não fora esta redução de cerca de 6 milhões euros, que também aconteceu em 2015. Nos outros concelhos, a Tejo Ambiente, tinha quando iniciou funções, uma perda de água de cerca de 50%, o que significa que 1 milhão de litros de água, por exemplo, que era colocado no sistema, 500 mil eram desperdiçados e a Tejo Ambiente tinha de a pagar porque compra-a a entidades em alta e, portanto, vejam bem só o prejuízo que isto não reflete na empresa e que hoje essa perda já está em cerca de 40%, uma redução já de 10% fruto destes investimentos que estão a ser feitos e que têm que continuar a ser feitos para aproximar os valores desses municípios aos valores que hoje temos no concelho de Ourém. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –



----- Neste momento, ausentou-se da sala o presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Luís Alexandre Serras de Sousa -----

02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE SEIÇA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32392**, datado de **2024.04.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.01, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Seiça, até ao montante de 29.195,06 euros, no âmbito dos encargos decorrentes das obras de requalificação de três espaços públicos, através da celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 101.751-A/2023, a celebrar com a **Freguesia de Seiça**, sediada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 29.195,06€, os encargos decorrentes das obras de requalificação de três espaços públicos (Largo da Junta de Freguesia, Largo do Freixo e Espaço Verde de Chão de Maçãs), válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 25 do mês findo, a dar conta de que a despesa emergente do apoio a atribuir dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **ÂNGELA VANESSA CHAVES MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Cumprimento todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Engenheiro João Moura e não me querendo tornar repetitiva, felicito-o pela sua nomeação com votos de muito sucesso, mas também de muito trabalho. -----

Exmos. Senhores, em nome da Freguesia de Seiça gostaria de expressar um agradecimento ao executivo municipal, na pessoa do Sr. Presidente, Luís Albuquerque, pela proposta do presente protocolo de colaboração. Este tipo de investimento não seria possível sem o vosso apoio e é importante termos no nosso Município quem se interessa por todas as freguesias do concelho, sejam elas mais rurais ou mais urbanas. -----

Queria salientar que a Freguesia de Seiça, sendo uma das mais antigas do Concelho de Ourém, não quer parar no tempo e quer acompanhar a evolução da sociedade, dos tempos onde o digital se impõe à mão humana. Mas, por outro lado, quer devolver à comunidade Seicense espaços que outrora foram de convívio e até palco de muitos eventos. Fomentando, assim, a partilha, a interação e a convivência intergeracional e neste sentido, estas obras são de fundamental importância. Não se revestem unicamente de motivações estéticas ou de embelezamento urbanístico. As questões de segurança, bem como melhorias de acessibilidade são a motivação que priorizamos. De igual forma, estas requalificações irão promover uma valorização dos espaços públicos, ao nível das infraestruturas, que necessitam de melhoramentos, ao nível ambiental aumentando a quantidades de árvores, arbustos, flores e plantas, mas também ao nível da segurança rodoviária, como é o caso da requalificação do espaço envolvente da Junta de Freguesia. -----

Face ao exposto, termino, esta intervenção, expressando a minha gratidão pela intenção deste protocolo, e por todo o apoio e colaboração que este executivo municipal, bem como todas as pessoas que com ele cooperam, nos têm gentilmente guiado e orientado.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A**



VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala o presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Luís Alexandre Serras de Sousa -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CRIAÇÃO DE UM PONTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE DE VILÕES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25291** datado de **2024.03.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas, no montante de 701,31€, processo de criação de um ponto de água na localidade de Vilões, de que é titular a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, por se tratar de uma obra de interesse público, integrada na rede de Defesa da Floresta contra Incêndios do Município. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 8014/2024, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, nesta Cidade, a solicitar, relativamente ao processo de criação de um ponto de água, na localidade de Vilões, daquela freguesia, deste Concelho, integrado na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a isenção do pagamento de todas as taxas. -----



---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 12.105/2024, a dar conta de que o pedido é referente ao parecer prévio não vinculativo n.º 190/2024 e de que a requerente não procedeu ao pagamento da taxa de apreciação do processo. Mais dá conta de que o cálculo das taxas a isentar corresponde ao montante de 701,31€. -----

---- Do processo faz também parte a informação registada sob o n.º 19.910/2024, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROCESSO N.º 2850/2022 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25300**, datado de **2024.03.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas, no montante de 5.045,73€, correspondente ao processo n.º 2850/2022, de que é titular a Freguesia de Caxarias, considerando a importância do equipamento em causa. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 19.118/2024, da **Freguesia de Caxarias**, com sede na Rua dos Combatentes, n.º 202,



daquela freguesia, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas, no montante de 5.045,73€, referente ao pedido de emissão de parecer prévio não vinculativo n.º 2850/2022, relativo a obras de demolição do edifício sito na Rua 25 de Maio, n.º 22, da referida freguesia e de construção de um novo, no mesmo local e bem assim, de muros de vedação, com a finalidade de implementar uma creche. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.19 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO DE COUROS E CASAL DOS BERNARDOS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – PROCESSO N.º 2653/2022 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25308**, datado de **2024.03.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas, no valor de 4.111,90€, correspondente ao processo n.º 2653/2022, de que é titular a União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, considerando a importância do equipamento em causa. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 19.435/2024, da **União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos**, com sede na Rua Gaspar Moreira, n.º 19, em Rio de Couros, deste Concelho, a solicitar a isenção



do pagamento de todas as taxas, no montante de 4.111,90€, inerentes ao pedido de emissão de parecer prévio não vinculativo n.º 2653/2022, alusivo a obras de alteração do seu edifício sede, com vista à implementação de uma creche. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE INGRESSOS NAS PISCINAS COM GESTÃO MUNICIPAL --

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 21292**, datado de **2024.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação e votação da proposta em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 10.504/2024, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, que seguidamente se reproduz na íntegra: **“Enquadramento** -----

---- Tendo em consideração o Plano de Atividades proposto para a época desportiva 2023-2024 (registo n.º 42415/2023), para a Escola Municipal de Atividades Aquáticas, vem o Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude, propor uma iniciativa que acreditamos que poderá acrescentar qualidade às piscinas municipais, assim como, criar a oportunidade de promover um contexto particular de interação entre pais e filhos proporcionando o reforço dos laços



familiares, no meio aquático. -----

---- Além disso, seria uma forma de promover as atividades aquáticas do município, nomeadamente a modalidade de natação, pois estas aulas oferecem ferramentas essenciais para reduzir significativamente o risco de acidentes aquáticos. Além disso, promovem: -----

- Segurança: com a aprendizagem de conteúdos que permitam a criança/adulto estar no meio aquático de forma segura; -----
- Confiança e autoestima: através da superação de desafios na água, proporcionando o desenvolvimento de habilidades aquáticas, que serão igualmente importantes para outras áreas ao longo da vida; -----
- Estímulos cognitivos: através de atividades que promovem a concentração, o raciocínio lógico e a coordenação mente-corpo; -----
- Desenvolvimento físico e motor: para fortalecimento dos músculos, coordenação motora, aprimorando a resistência de forma lúdica e prazerosa; -----
- Vínculo: a água cria um ambiente de conexão entre pais e filhos. A natação fortalece os laços familiares através da confiança mútua, descobertas e experiências em conjunto

---- **Proposta** -----

---- Durante as semanas de celebração do Dia do Pai e Dia da Mãe, propõe-se, em determinados horários, a **entrada gratuita do pai/mãe e dos seus filhos**, desde que acompanhados pelos mesmos. -----

---- A participação nesta atividade requer uma inscrição prévia, através da plataforma “Ourém está Ativo”, e ficará sujeito a um número máximo de inscritos (por hora), dependendo da instalação e espaço (pistas) disponível nos horários apresentados. -----

---- Cada pai/mãe terá direito apenas a uma entrada gratuita, nessa semana. -----

----- A Escola Municipal de Atividades Aquáticas propõe os seguintes horários: -----

Semana do Dia do Pai		
Piscina de Caxarias	Piscina de Ourém	Piscina de Fátima
19 de março: das 15h às 18h15	19 de março: das 15h às 19h45	19 de março: das 15h às 18h00
20 de março: das 19h15 às 20h45	22 de março: das 15h às 20h45	22 de março: das 19h00 às 20h45

Semana do Dia da Mãe



Piscina de Caxarias	Piscina de Ourém	Piscina de Fátima
4 de maio: das 12h00 às 13h15	04 de maio: das 09h00 às 13h00	04 de maio: das 09h00 às 13h00
07 de maio: das 15h às 20h45	07 de maio: das 15h às 18h30	06 de maio: das 15h00 às 20h45

---- **Recursos Humanos**-----

---- Será necessária a colaboração do GIC para elaboração e construção de um cartaz de Divulgação: um cartaz para a semana do Dia do Pai e outro para a semana do Dia da Mãe. -

---- **Público-Alvo:** esta atividade destina-se a pais/mães, que se façam acompanhar pelos respetivos filhos. -----

---- **Custos Associados**-----

- **Colaboração do GIC** - Construção e impressão dos cartazes;-----
- **Seguro de acidentes** – informar o Património; -----
- **Isenções nas entradas dos pais/mães e filhos (caso apresentem idade igual ou superior a 7 anos)**, desde que acompanhados pelos mesmos.-----

---- **Conclusão**-----

---- Face ao exposto, propõe-se a isenção nas entradas dos pais/mães e respetivos filhos, desde que acompanhados pelos mesmos, nas datas e horários atrás mencionados.

---- Acreditamos que esta isenção, promova e incentive a prática da natação, assim como, a possibilidade de dar a conhecer a proposta de atividades aquáticas em funcionamento em cada piscina.-----

---- Propõe-se que a atividade seja incluída no programa “Ourém está Ativo”, com possibilidade de inscrição prévia.-----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – UTILIZAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 21314**, datado de **2024.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 212,60€, acrescido de IVA à taxa em vigor, no âmbito da utilização do Teatro Municipal de Ourém, considerando a relevância do serviço público prestado pela Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 11.875/2024, da **Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida**, com sede no Largo Dr. Vitorino Carvalho, n.º 4, nesta Cidade, a solicitar a isenção do pagamento das taxas associadas à utilização do Teatro Municipal de Ourém, no âmbito da realização de um espetáculo solidário no dia 05 de maio de 2024. -----

---- O **Chefe da Divisão de Ação Cultural**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 de fevereiro corrente, a deixar à consideração superior o deferimento do pedido, que ascende a 212,60€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA BERNARDENSE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CEDÊNCIA CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 21305**, datado de **2024.03.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.02.19, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento do valor de 2.566,50€, no âmbito da utilização do Centro Municipal de Exposições, aquando da prova de orientação “City Race”, pela Associação Recreativa Bernardense, considerando a importância da atividade e a sustentabilidade financeira da associação. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 10.810/2024, da **Associação Recreativa Bernardense**, com sede na Rua do Casal, n.º 60, em Casalinho, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a solicitar a cedência gratuita do Centro Municipal de Exposições, no âmbito da prova de orientação “City Race”, a realizar no dia 24 de novembro de 2024. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 01 de fevereiro em curso, a dar conta de que o espaço está disponível e de que tem um valor associado de 2.566,50€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----



----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, ausentou-se da sala a presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Seiça, Ângela Vanessa Chaves Marques -----

02.23 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CEDÊNCIA CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 25314**, datado de **2024.03.15**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.04, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento da verba de 1.283,25€, referente à utilização do Centro Municipal de Exposições, conforme pedido efetuado pela APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, considerando que a associação desempenha um papel relevante no apoio à família e na área social. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta registada sob o n.º 15.913/2024, a **APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família**, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições, para a realização do evento “Marchas Populares”, no dia 07 de junho de 2024. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 19 do mês findo, a referir que o espaço se encontra disponível e que a sua utilização tem um custo associado de 1.283,25€. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.24 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CEDÊNCIA DE ESPAÇOS DO CASTELO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29512**, datado de **2024.03.27**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção das taxas inerentes à cedência dos espaços do Castelo para a realização da “VIII caminhada da família”, conforme pedido efetuado pela APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, por se tratar de uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta registada sob o n.º 21.914/2024, da **APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família**, com sede na Praça Dr. Francisco Vieira, n.ºs 120 e 122, nesta Cidade, a solicitar a isenção do pagamento das taxas inerentes à cedência dos espaços do Castelo (Terreiro de Santiago e espaço interior junto à cisterna), para a realização da “VIII caminhada da família”, no dia 19 de maio de 2024, que contará com cerca de 300 participantes, por ser uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoal coletiva de utilidade pública.



---- O **Chefe da Divisão de Ação Cultural**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 29 de fevereiro findo, a sugerir, dada a especificidade da atividade e considerando a relevância da salvaguarda do património, que a mesma decorra, na sua totalidade, no Terreiro de Santiago. Termina a referir que a utilização do espaço implicará o pagamento de 212,60€, acrescido de 21,26€ por cada hora extra.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Neste momento, voltou à sala a presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Seiça, Ângela Vanessa Chaves Marques -----

02.25 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FUNDAÇÃO ARCA DA ALIANÇA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CEDÊNCIA DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 29519**, datado de **2024.03.27**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.03.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção das taxas inerentes à cedência do Estádio Papa Francisco, conforme pedido da Fundação Arca da Aliança, considerando tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social. -----



----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A **Fundação Arca da Aliança**, com sede na Rua de Santa Cruz, n.º 1, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, através da carta registada sob o n.º 13.848/2024, solicitou a cedência do Estádio Papa Francisco, para o dia 25 de março em curso, entre as 09h30 e as 15h30, para a realização de atividade alusiva à Páscoa, dirigida à população sénior institucionalizada naquela freguesia. --

---- Ouvido sobre o assunto, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 14 de fevereiro findo, a informar de que as instalações encontram-se disponíveis e de que o custo da sua utilização é de 52,08€. -----

---- O **Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido igualmente sobre o assunto, exarou também no processo uma informação, datada de 15 daquele mesmo mês, a dar conta de que a referida fundação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reunindo as condições mencionadas no n.º 3, do artigo 27.º, do Regulamento Geral das Instalações Desportivas Municipais e a deixar à consideração superior a isenção da taxa associada. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.26 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 32388**, datado de **2024.04.05**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.04.01,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para isentar Feliciano Manuel Maia Marques do pagamento das taxas correspondentes à reconstrução dos barracões em referência, destruídos pelos incêndios de 2022. -----

----- Foi ainda remetida documentação, anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 87.706/2023, de **Feliciano Manuel Maia Marques**, a solicitar a isenção do pagamento de taxas e apoio, para a reconstrução de dois barracões agrícolas, destruídos aquando dos incêndios de 2022. -----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações: -----

- N.º 377/2023, de 03 de novembro de 2023, da **Divisão de Urbanismo e Território**; ----
- Registada sob o n.º 21.752/2024, do **Serviço de Ação Social e Saúde**, a esclarecer o seguinte: “(...) no âmbito das isenções e reduções das taxas, para esta situação, apenas se verifica como possibilidade de apoio a aplicação do disposto no n.º 1, do artigo 35.º do edital 581/2023, de 14/04, que refere “1 – *A Câmara Municipal por sua iniciativa ou a requerimento dos interessados poderá propor à Assembleia Municipal reduzir até 50% os montantes das taxas ou outras receitas municipais previstas no presente regulamento, devendo, no entanto, observar o cumprimento ao disposto no n.º 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.*” (...)” -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL pediu para retirar este ponto da ordem de trabalhos porque este pedido de isenção inerente ao pagamento das taxas correspondentes à construção dos barracões, destruídos pelos incêndios de 2022, não se justifica, uma vez que as obras em causa são consideradas de escassa relevância, não tendo lugar o pagamento de qualquer tipo de taxa. por isso, não têm lugar ao pagamento de qualquer taxa, não havendo também qualquer tipo de taxa. -----

----- **FACE AO EXPOSTO, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU RETIRAR ESTE PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS – 32 PRESENCAS** -----



02.27 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se registando qualquer pedido de intervenção. -----

----- Tomando a palavra, a 1.^a SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO